

V - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	3
V.1 – PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS PARA A REGIÃO	3
V.1.1 – Esfera Federal	3
V.1.1.1 – Plano Plurianual 2008-2011 (PPA 2008-2011)	3
V.1.1.2 – Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2	7
V.1.1.3 – Política Energética Nacional e Estadual	9
V.1.1.4 – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP	10
V.1.1.5 – Plano Diretor do Pólo Pré-sal da Bacia de Santos (Plansal)	11
V.1.1.6 – Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC)	12
V.1.1.7 – Plano de Manejo do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	13
V.1.1.8 – Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)	19
V.1.1.9 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC	20
V.1.1.10 – Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla)	22
V.1.2 – Esfera Estadual	23
V.1.2.1 – Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro – (2008 – 2011)	23
V.1.2.2 – Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável	26
V.1.2.3 – Política Estadual de Recursos Hídricos	27
V.1.2.4 – Zoneamento Ecológico-Econômico	28
V.1.3 – Esfera Municipal	29
V.1.3.1 – Município de Macaé	29
V.2 – LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL	48

V - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

V.1 – PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS PARA A REGIÃO

Este capítulo pretende analisar a relação entre o empreendimento e as linhas de ação dos planos e programas governamentais que podem, de alguma forma, influenciar a realidade do município de Macaé e, especialmente se as ações do Poder Público trazem relação com o empreendimento objeto deste EIA.

Os programas serão apresentados de acordo com sua temática central, mas é comum que as ações empreendidas tenham reflexos em outros temas. Além disso, a implementação dos mesmos é de responsabilidade de órgãos públicos atuantes na região.

Os dados aqui apresentados têm como fonte sites governamentais e secretarias do estado e do município em foco.

Assim, este capítulo apresenta os planos e programas governamentais no âmbito federal, estadual e municipal, propostos ou em fase de implantação e que apresentem alguma forma de correlação com o empreendimento.

V.1.1 – Esfera Federal

V.1.1.1 – Plano Plurianual 2008-2011 (PPA 2008-2011)

O Plano Plurianual, previsto no artigo 165 da Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto nº 2.829, de 29/10/1998, estabelece as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelo Governo Federal ao longo de um período de quatro anos.

O referido Plano é aprovado por lei quadrienal, sujeita a prazos e ritos diferenciados de tramitação. Tem vigência do segundo ano de um mandato presidencial até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

Com base no PPA o governo planeja suas ações e seu orçamento de modo a não ferir as diretrizes nele contidas, efetuando investimentos em programas estratégicos previstos pelo plano para o período vigente.

O PPA é dividido em planos de ações, que por sua vez contém objetivo, órgão responsável pela execução do projeto, valor, prazo de conclusão, fontes de financiamento, entre outros, sendo que cada plano é designado a uma unidade responsável competente, mesmo que durante a execução dos trabalhos várias unidades da esfera pública sejam envolvidas.

As ações do Governo contidas no PPA 2008-2011 estão divididas em três eixos: crescimento econômico, agenda social e educação de qualidade. O Plano estabelece as metas e as prioridades a serem cumpridas pelo Governo ao mesmo tempo em que é referência ao setor privado.

A cada ano é realizada uma avaliação do processo de andamento das medidas a serem desenvolvidas durante o período quadrienal. Sobre esta avaliação é que são traçadas as bases para a elaboração do orçamento federal anual.

Embora teoricamente todos os projetos do PPA sejam importantes e necessários para o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil, dentro do mesmo já são estabelecidos projetos que detêm de maior prioridade na sua realização.

Dentre as metas governamentais prioritárias estabelecidas no PPA para serem cumpridas até 2011 destaca-se no Setor de Petróleo, Gás, Biodiesel e Etanol, a Produção de gás natural de 56 milhões m³/ano e Capacidade da malha de transporte de gás natural de 4.500 km. Além disso, estão previstos dispêndios para o período, no setor de energia, 288.528,79 milhões.

As ações previstas no Plano referentes ao Setor de Petróleo e Gás visam garantir o abastecimento do País, com ênfase na qualidade, modicidade dos preços e na participação equilibrada dos derivados de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis na matriz energética brasileira, assegurando o desenvolvimento sustentável dessas indústrias.

A **Tabela VI.1.1-1** traz os principais Programas definidos no PPA 2008-2011, relacionados ou inter-relacionados com o empreendimento, bem como os objetivos e público-alvo de cada programa.

Tabela VI.1.1-1 – Principais Programas Propostos no PPA 2008-2011

Programa	Objetivo	Público-Alvo
Programa 0271: Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis.	Garantir condições para o atendimento da demanda de petróleo, derivados, gás natural e outros combustíveis, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade.	Consumidores de derivados de petróleo, gás natural, álcool combustível, biodiesel e agentes da indústria de petróleo.
Programa 0283: Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, álcool e biocombustíveis.	Oferecer adequada infraestrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, Gás Natural, álcool e outros combustíveis.	Consumidores de derivados, gás natural, álcool e outros combustíveis.
Programa 0285: Indústria Petroquímica	Ampliar a oferta de produtos da indústria petroquímica nacional para atendimento ao mercado	Consumidores de produtos petroquímicos
Programa 0286: Oferta de Petróleo e Gás Natural.	Aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais.	Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo.
Programa 0290: Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis.	Prover infra-estrutura de armazenamento e transporte de petróleo, derivados e biocombustíveis adequada ao aumento da demanda e as exigências ambientais.	Consumidores de petróleo e derivados.
Programa 0480: Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural.	Desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural.	Petrobrás, Universidades e Centros de Desenvolvimento de Tecnologia.
Programa 1044: Energia Alternativa Renovável	Ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais.	Concessionárias, permissionárias, agentes produtivos e consumidores de energia elétrica.
Programa 1045: Brasil com Todo Gás.	Promover o uso de gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a capacidade e a flexibilidade de seu transporte.	Consumidores de gás natural.
Programa 1346: Qualidade Ambiental	Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, controle de risco e atendimento às emergências decorrentes de substâncias	Sociedade

Programa	Objetivo	Público-Alvo
	perigosas e resíduos industriais, controle de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e a definição de medidas de adaptação às mudanças climáticas	

Fonte: PPA 2008-2011

Algumas das principais ações previstas para os programas relacionados à oferta, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e Transporte de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis (Programas 0286, 0288, 0480) estão relacionados a seguir:

- Aquisição de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e Gás Natural;
- Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia de Santos;
- Exploração de Petróleo e Gás Natural;
- Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural;
- Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sudeste;
- Ampliação e Modernização do Centro de Pesquisas da Petrobras - CENPES (RJ);
- Implantação de Subestação de Energia Elétrica no Centro de Pesquisas da Petrobras - CENPES (RJ);
- Implantação do Núcleo Experimental de Processos Ecoeficientes - NEPE (MG);
- Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisas da Petrobras - CENPES (RJ);
- Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Desenvolvimento Sustentável para a Área de Petróleo e Gás Natural;
- Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Desenvolvimento da Produção;
- Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Exploração;
- Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Gás Natural;
- Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas demais Atividades da Área de Petróleo e Gás Natural;

- Ampliação da capacidade de processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), de 13,5 MM m³/dia para 22,8 MM m³/dia;
- Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados.

Dos programas propostos pelo governo federal no âmbito do Plano Plurianual 2008-2011 não foi verificada incompatibilidade com o projeto proposto. A ampliação da planta de processamento do TECAB é compatível com as ações previstas no PPA 2008-2011, que incluem o aumento da oferta e capacidade de processamento de gás natural.

Os programas propostos no PPA 2008-2011 contemplam as ações previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), que será descrito no próximo item.

V.1.1.2 – Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem por finalidade garantir as bases para propiciar o crescimento da economia aos níveis propostos pelo Governo Federal, sendo que o PAC2 incorpora ações com etapas iniciadas no primeiro PAC, que tinham originalmente cronogramas de execução previstos para depois de 2010.

Os focos de atuação do PAC2 permanecem os mesmos: Logística, Energia e Social-Urbano, mas para favorecer o acompanhamento e o controle social decidiu-se desdobrá-los em seis grupos: Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida, Água e Luz para Todos, Energia e Transportes. Cada grupo conta com uma estimativa de recursos.

Os projetos têm como objetivos recuperar a infra-estrutura existente; concluir os projetos em andamento, principalmente, aqueles com potencial para gerar retornos significativos para o País e a sociedade, do ponto de vista econômico e social; bem como viabilizar novos empreendimentos igualmente expressivos para o Brasil.

O PAC ENERGIA atua nas áreas de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, Petróleo e Gás Natural, Indústria Naval, Combustíveis Renováveis, Eficiência Energética e Pesquisa Mineral.

No setor de petróleo, gás natural e combustível renovável, o objetivo é garantir a auto-suficiência sustentada a longo prazo, estabelecendo-se a meta de produção 20% superior ao consumo nacional e uma relação entre reserva e produção de petróleo de no mínimo 15 anos.

O parque de refino deverá ser ampliado e modernizado para o aumento do processamento do petróleo nacional, com melhoria da qualidade do combustível. A produção e a oferta de gás natural deverá ser acelerada, de modo a reduzir sua dependência externa.

As diretrizes no setor de Petróleo e Gás Natural englobam a ampliação da produção de petróleo e gás através de pesquisas exploratórias, perfuração de poços, construção de plataformas e desenvolvimento da produção, além de consolidar as atividades existentes e desenvolver as descobertas no pré-sal, explorando as reservas e ampliando a produção.

A Infra-estrutura energética contempla investimentos preliminares totais de R\$ 711,4 bilhões, considerando o quadriênio 2011 – 2014, onde o investimento para o setor de Petróleo e Gás Natural será de R\$ 187,7 bilhões e pós 2014 de 523,7 bilhões.

Com relação ao gás natural, as diretrizes contidas no PAC 2 englobam a ampliação da infraestrutura de transporte de gás natural, com a implantação de novos gasodutos e de terminais de regaseificação e liquefação, além da diversificação e flexibilidade das fontes de suprimento, assegurar a flexibilidade para o aproveitamento do gás associado produzido no Pré-Sal e priorizar a oferta de gás nacional para o mercado nacional.

Os investimentos totais nesta área apresentados no PAC2 será de 9,3 bilhões, sendo que para 2011 a 2014 os investimentos serão de 8,2 bilhões e pós 2014 de 1,1 bilhão.

Assim como verificado para os programas propostos pelo governo federal no âmbito do Plano Plurianual 2008-2011, as diretrizes contidas no Programa de Aceleração do Crescimento, não apresentam incompatibilidade com o projeto proposto. A ampliação da planta de processamento do TECAB é compatível com as diretrizes previstas no PAC2, que incluem o aumento da oferta e capacidade de processamento de gás natural.

V.1.1.3 – Política Energética Nacional e Estadual

A Lei nº 9.478, de 06/08/1997 dispõem sobre a Política Energética Nacional e instituiu o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Segundo os princípios e objetivos da Política Energética Nacional, as políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia visarão aos seguintes objetivos:

- Preservar o interesse nacional;
- Promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos;
- Proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;
- Proteger o meio ambiente e promover a conservação de energia;
- Garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, nos termos do § 2º do art. 177 da Constituição Federal;
- Incrementar, em bases econômicas, a utilização do gás natural;
- Identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País;
- Utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis;
- Promover a livre concorrência;
- Atrair investimentos na produção de energia;
- Ampliar a competitividade do País no mercado internacional.

De acordo com o Decreto nº 3.520 de 21/06/2000 que dispôs sobre a estrutura e o funcionamento do CNPE, o Conselho se reunirá ordinariamente a cada seis meses. No último semestre de cada ano avaliará as atividades desenvolvidas pelos diversos setores energéticos do País durante o ano e suas perspectivas para o ano seguinte, elaborando relatório e apontando eventuais sugestões sobre a situação da Política Energética Nacional, a serem encaminhados ao Presidente da República.

Posteriormente, em 18/06/2008 a LEI nº 5267 cria o Conselho Estadual de Política Energética (CEPE) do Estado do rio de Janeiro, tendo por finalidade estabelecer diretrizes e políticas estaduais, visando atender às necessidades da

sociedade fluminense e o desenvolvimento econômico do Estado, garantindo o fornecimento de energia, petróleo e gás natural, protegendo o meio ambiente e a conservação de energia.

V.1.1.4 – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e foi instituído pelo Governo Federal através do Decreto nº 4.925, de 19/12/2003.

Este Programa tem como objetivo o fortalecimento da indústria nacional de bens e serviços e está centrado na área de petróleo e gás natural. As metas do Programa, elaboradas em conjunto com as empresas do setor, é à maximização da participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, atendendo demandas nacionais e internacionais.

O PROMINP consiste em desenvolver projetos de aumento do conteúdo nacional nas áreas específicas de Exploração & Produção, Transporte Marítimo, Abastecimento e Gás & Energia.

Desde 2003, ano de criação do PROMINP, o programa de investimentos do setor de petróleo e gás natural tem sido sucessivamente ampliado, passando de US\$ 35 bilhões no período 2003-2007 para US\$ 190 bilhões no período 2009-2013.

Para o atendimento às expressivas demandas do setor de petróleo e gás natural estão sendo desenvolvidas, no âmbito do Programa três iniciativas: Inserção de micro e pequenas empresas na cadeia de P&G (Convênio Petrobras-Sebrae); Mecanismos alternativos de captação de recursos financeiros (Financiamento) e Portal de Oportunidades da Cadeia de Suprimentos de P&G.

Outra ação do PROMINP é o Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQP, que foi estruturado em 2006 frente à necessidade de pessoal qualificado para o setor de petróleo e gás natural.

O PNQP é um projeto de qualificação profissional que visa capacitar, gratuitamente, mão-de-obra especializada em 175 categorias profissionais consideradas críticas para o setor de petróleo e gás, ou seja, categorias com

disponibilidade de mão-de-obra bem inferior à demanda do setor. Estão envolvidas cerca de 80 instituições de ensino em 17 estados do Brasil.

V.1.1.5 – Plano Diretor do Pólo Pré-sal da Bacia de Santos (Plansal)

O Plano Diretor do Pólo Pré-sal da Bacia de Santos (Plansal) tem como objetivo definir a estratégia de desenvolvimento da área para implantar os novos projetos no cluster do pré-sal. O programa tem um planejamento inicial de um ano e a sua operacionalização deve ser feita em cerca de 10 anos.

O Plansal engloba cinco subprogramas em sua estrutura: Avaliação Exploratória, Desenvolvimento da Produção, Infra-Estrutura de Produção, Transparência, Transporte e Utilização de Petróleo e Transparência, Transformação, Transporte e Comercialização de Gás Natural. As duas últimas áreas são gerenciadas pelas diretorias de Abastecimento e Gás e Energia, respectivamente.

O Polo Pré-Sal da Bacia de Santos é composto por sete blocos. Fica a cerca de 300 quilômetros da costa do estado do Rio de Janeiro e a aproximadamente 350 quilômetros da costa de São Paulo, em lâminas d'água ultraprofundas que variam de 1.900 a 2.400 metros.

Na Bacia de Santos, as atividades exploratórias rendeu importantes áreas descobertas em 2009, sendo as principais Tupi, Guará e Iara. Foram perfuradas cinco novos poços, sendo quatro exploratórios e um de desenvolvimento de produção. Além disso, os resultados de quatro testes de formação comprovaram o alto potencial e o baixo risco da área.

Em quatro poços perfurados no bloco BM –S-9 foi comprovada a existência de petróleo e gás. Um deles, o poço de Guará, localizado em lâmina d'água de 2.141 metros, a cerca de 310 quilômetros da costa do estado de São Paulo e 55 quilômetros a sudoeste de Tupi, possui, segundo estudos preliminares, capacidade de produção de cerca de 50 mil bpd de óleo.

Já no bloco BM-S-11 (Tupi), este tem o potencial estimado de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo leve e gás natural recuperável nos reservatórios. Já no bloco BM-S-7, também na Bacia de Santos, comprovou a presença de uma espessa coluna de gás em reservatórios acima da camada de sal, confirmando o potencial da produção de gás em águas rasas no sul da bacia.

A Petrobras espera atingir 1 milhão de barris diários de petróleo equivalente (petróleo e gás) na área do pré-sal da Bacia de Santos em 2017, para isso, terá que perfurar, de acordo com cronograma da empresa, mais 22 poços de avaliação nos próximos cinco anos, juntamente com a execução de sete testes de longa duração (TLD).

Ressalta-se que o Plansal tem relação com o empreendimento, pois a ampliação do Terminal de Cabiúnas (TECAB) irá processar o Gás o Natural proveniente da Bacia de Santos.

V.1.1.6 – Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC)

A Lei Federal 9.985 de 18/07/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação e possui como objetivos: a manutenção da diversidade biológica no território nacional e nas águas jurisdicionais, bem como proteção de espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção.

As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável. As primeiras visam preservar a natureza e as de uso sustentável visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

Trata-se de um programa que tem influência sobre a área de estudo, uma vez que a área destinada a ampliação do TECAB dista aproximadamente 1,6 km do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, sendo caracterizada como Unidade de Conservação de Uso Integral. O diagnóstico do meio biótico apresenta maiores informações sobre esta Unidade de Conservação.

As Unidades de Conservação foram identificadas no entorno de 10 km da ampliação da TECAB.

O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba apresenta Plano de Manejo o qual foi publicado em 2008.

O item a seguir apresentará maiores detalhes do Plano de Manejo do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

V.1.1.7 – Plano de Manejo do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba

O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba localiza-se ao longo do litoral nordeste do Estado do Rio de Janeiro e representa o trecho de restinga melhor conservado de toda a costa fluminense. Esta área situa-se nos Municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã, na Região Norte Fluminense.

O Plano de Manejo da referida Unidade de Conservação de Proteção é constituído pelo diagnóstico, pela análise e pelo planejamento. O Plano foi elaborado de acordo com o Roteiro Metodológico de Planejamento: Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas (IBAMA, 2002), atendendo às exigências do SNUC.

O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba foi criado pelo Decreto s/n, de 29/04/98, com o seguinte objetivo: proteger e preservar amostras de ecossistemas ali existentes e possibilitar o desenvolvimento de pesquisa científica e de programas de educação ambiental.

Com base nos objetivos destacados da legislação pertinente foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Proteger todas as comunidades vegetais de restinga presentes no interior do Parque, relativas às várias feições topológicas que a formam, incluindo a praia, as dunas, o cordão arenoso e as baixadas fluviais, além das lagoas, lagos, brejos e charcos;
- Proteger as formações arbóreas de matas e o *thicket* arbustivo lenhoso encontrados em Carapebus;
- Proteger a formação de *scrub* baixo de pós-praia, os dois tipos de floresta paludosa e fragmentos de floresta seca;
- Proteger a vegetação do tipo arbustiva fechada de pós-praia, encontrada em locais mais preservados e nas dunas fixas;
- Proteger espécies típicas da vegetação halófila e psamófila reptante;
- Proteger a formação arbustiva aberta de *Clusia*, a maior em extensão no Parque e rica em espécies de bromélias epífitas e arbustos, entre outros.
- Proteger a formação de moitas composta por vegetação arbustiva aberta de *Ericaceae*;
- Proteger a vegetação arbustiva aberta de *Arecaceae*;

- Proteger a formação herbácea brejosa que ocorre nos braços das lagoas e nas depressões entre as cristas da praia;
- Proteger espécies típicas da mata permanentemente inundada;
- Proteger os remanescentes da mata de cordão arenoso;
- Proteger espécies que sofrem pressão antrópica;
- Recuperar as áreas degradadas no interior do Parque e em seu Entorno;
- Proteger e recuperar os ecossistemas aquáticos localizados no interior e no entorno do Parque, incluindo as lagoas e as lagoas costeiras, temporárias e permanentes, preservando suas características naturais físico-químicas, biológicas e morfológicas;
- Proteger paisagens raras oriundas de processos flúviomarinhos;
- Proteger as feições geomorfológicas características dos processos de modelação flúviomarinhos, presentes no Parque.
- Proteger e recuperar as características naturais e históricas do Canal Campos-Macaé;
- Resgatar e proteger os sítios arqueológicos presentes no interior e no entorno do Parque.
- Proteger espécies endêmicas de zooplâncton encontradas somente nas lagoas de Cabiúnas (Jurubatiba) e Comprida.
- Proteger as espécies de répteis encontradas no Parque, que se encontram vulneráveis para o Estado do Rio de Janeiro;
- Proteger as espécies de anfíbios encontradas no Parque;
- Proteger as espécies de peixes encontradas no Parque;
- Proteger as espécies de lepidópteros (insetos) presentes no Parque, em especial as espécies classificadas como criticamente ameaçadas para o Rio de Janeiro;
- Proteger áreas úmidas de importância para a alimentação, reprodução e refúgio de aves silvestres residentes e migratórias que ocorrem no Parque.
- Proteger as espécies endêmicas *Mimus gilvus* (sabiá-da-praia), especializada em área litorânea de restinga, e *Ramphocelus bresilius* (sangue-de-boi), presentes no Parque;
- Proteger as espécies *Amazona rhodocorytha* (papagaio chauá-verdadeiro) e *Formicivora littoralis* (formigueiro-do-litoral), ameaçada de extinção e criticamente em perigo no Estado do Rio de Janeiro, respectivamente.

- Promover a gestão integrada da paisagem, favorecendo o restabelecimento da conectividade;
- Proteger o Parque contra a introdução de espécies invasoras e exóticas, marinhas e terrestres;
- Proteger o Parque e seu entorno de incêndios florestais;
- Propiciar oportunidades para a realização de pesquisas científicas e estudos, visando ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade presente no Parque e de seu Entorno, subsidiando sua proteção e manejo;
- Contribuir para o monitoramento ambiental;
- Promover o turismo ecológico e a recreação em contato com a natureza;
- Propiciar o desenvolvimento de atividades de educação ambiental;
- Promover a integração do Parque com as comunidades do entorno;
- Incentivar o desenvolvimento regional integrado;
- Contribuir para o planejamento e ordenamento do uso e ocupação do solo no entorno do Parque;
- Impedir a degradação dos ecossistemas litorâneos, ainda conservados do litoral do Estado do Rio de Janeiro, presentes no Parque.

O Parque Nacional da restinga de Jurubatiba está dividido em sete zonas, a saber: Zona Primitiva, Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Intensivo, Zona Histórico-cultural, Zona de Uso Especial, Zona de Recuperação, e Zona de Uso Conflitante.

A definição destas zonas foi baseada, principalmente na presença de espécies que necessitam ser conservadas, o grau de conservação da vegetação, variabilidade ambiental, representatividade, riqueza e/ou diversidade de espécies, suscetibilidade ambiental, potencial para conscientização ambiental e visitação, e presença de infra-estrutura.

Com relação à Zona de Amortecimento, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação considera-a como "o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade de conservação".

De acordo com o Plano de Manejo, a Zona de Amortecimento (ZA) para o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba não foi determinada e nem normatizada neste Instrumento. O limite da zona de amortecimento foi adotada de

modo a cumprir as novas orientações repassadas pela Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral DIREP, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio, as quais sugerem que os novos planos de manejos a serem aprovados pelo ICMBio, apresentem apenas propostas de delimitação e normatização para as zonas de amortecimento.

Assim, na proposta foi tomada como Zona de Amortecimento uma porção terrestre e uma porção marinha, perfazendo uma área total de 94.944,27ha. A porção terrestre ocupa 37.981,11ha e a porção marinha, 56.963,16ha, o que corresponde a 40,01% e 59,99% da área da ZA, respectivamente. A **Figura V.1.1.7-1** apresenta o mapa Temática da Zona de Amortecimento.

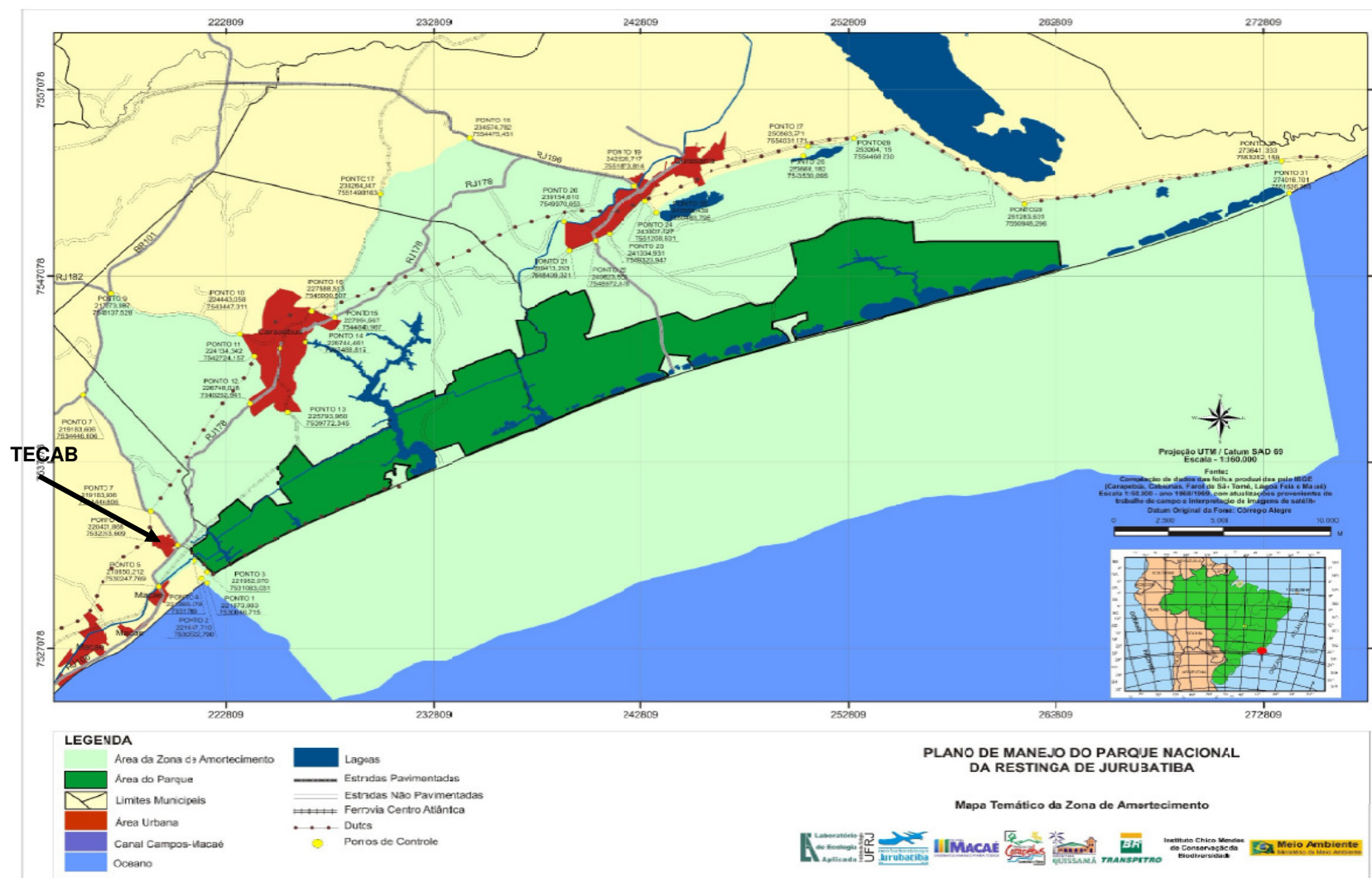


Figura V.1.1.7-1 - Mapa Temático da Zona de Amortecimento. A seta indica a área do empreendimento.
Fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, 2008.

Dentre as normas gerais previstas para a Zona de Amortecimento proposta para o Parque Nacional da Restinga destacam-se as seguintes:

- Toda atividade passível de impacto ambiental, de acordo com a Lei nº 6.938/81, as Resoluções CONAMA nº 001, de 23/01/86, nº 237 de 19/12/1997 e a Lei 9.985, de 18/07/2000, e demais legislações aplicáveis, deverá ser licenciada pelo setor competente do IBAMA ou membros do SISNAMA, quando couber;
- Todo processo de licenciamento de empreendimentos novos, inclusive turísticos, para a Zona de Amortecimento deverá ser submetido ao ICMBio, seguindo a Lei 9.985, de 18/07/2000;
- No processo de licenciamento de empreendimentos novos para a ZA, deverá ser observado o grau de comprometimento da conectividade dos fragmentos, da vegetação nativa e de seus corredores ecológicos;
- Não são permitidas atividades de terraplanagem, dragagem e escavação que venham causar danos ou degradação do meio ambiente e/ou perigo para pessoas ou para a biota, sem autorização dos órgãos competentes e com a anuência do ICMBIO, o qual deverá analisar a pertinência da realização dos estudos necessários;
- Não será permitida a instalação de indústrias potencialmente poluidoras ou degradadoras do ambiente na ZA do Parque, sem a prévia anuência do ICMBIO, nos termos da legislação vigente;
- As indústrias instaladas na ZA deverão possuir adequados sistemas de tratamento e disposição de efluentes líquidos e de resíduos sólidos;
- Os empreendimentos já instalados na ZA, que não tenham sofrido processo de licenciamento, deverão ter suas licenças de operação atualizadas;
- As Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais na Zona de Amortecimento deverão estar de acordo com a legislação pertinente;
- Em relação às áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, nos termos da legislação, caberá:
 - As propriedades situadas na ZA que não tenham averbação da Reserva Legal em suas escrituras deverão providenciar sua regularização num prazo de dois anos, a partir da publicação deste Plano de Manejo.

- As Reservas Legais das propriedades confrontantes com o Parque deverão ser localizadas preferencialmente junto aos limites da UC, objetivando o estabelecimento de conectividade.
- A vegetação nativa das Áreas de Preservação Permanente deverá ser conservada ou, se necessário, recuperada;
- A disposição de resíduos e/ou efluentes de qualquer natureza deverá seguir as normas legais, estabelecidas para os casos específicos, e as normas deste Plano de Manejo.
- O uso da água, em especial para irrigação e usos industriais, na ZA, só será permitido após a solicitação de outorga para uso, segundo a Lei N.º 9.443/97.

De acordo com a **Figura V.1.1.7–1** apresentada anteriormente, a área do empreendimento não está localizada na Zona de Amortecimento proposta para o Parque.

V.1.1.8 – Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)

A Política Nacional sobre Mudança do Clima foi instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

De acordo com a referida lei os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima deverão estar em consonância com o desenvolvimento sustentável a fim de buscar o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.

A PNMC estabelece que os Planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas deverão visar à consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono, na geração e distribuição de energia elétrica, no transporte público urbano e nos sistemas modais de transporte interestadual de cargas e passageiros, na indústria de transformação e na de bens de consumo duráveis, nas indústrias químicas fina e de base, na indústria de papel e celulose, na mineração, na indústria da construção civil, nos serviços de saúde e na agropecuária, com vistas em atender metas gradativas de redução de emissões antrópicas quantificáveis e verificáveis, considerando as especificidades de cada setor, inclusive por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL e das Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas - NAMAs.

Ainda, de acordo com a legislação, para alcançar os objetivos da PNMC, o País adotará como compromisso nacional voluntário, ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões projetadas até 2020.

O empreendimento liberará gases do efeito estufa proveniente de emissões fugitivas e da queima de gás natural gerando emissões de gás carbônico e metano, devido à combustão completa e incompleta do gás natural, respectivamente.

V.1.1.9 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC

Este Programa foi instituído pela Lei Federal nº 7.661, de 16/5/88. Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, vem sendo executado nos 17 estados costeiros da Federação, no âmbito do Programa Nacional de Meio Ambiente – PNMA. O PNGC tem por objetivo planejar e gerenciar de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades socioeconômicas na zona costeira, de forma a garantir a utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e ecossistemas costeiros. Esse Programa tem os seguintes instrumentos de gestão:

- **Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC:** visa a implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, incluindo a definição das responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução.
- **Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro – PMGC:** visa a implementação da Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, incluindo as responsabilidades e os procedimentos institucionais para a sua execução. O PMGC deve guardar estreita relação com os planos de uso e ocupação territorial e outros pertinentes ao planejamento municipal.
- **Sistema de Informações de Gerenciamento Costeiro – SIGERCO:** constitui-se em um sistema que integra informações do PNGC, proveniente de banco de dados, sistema de informações geográficas e sensoriamento remoto.
- **Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira – SMA – ZC:** constitui-se na estrutura operacional de coleta de dados e informações, de

forma contínua, de modo a acompanhar os indicadores de qualidade sócio-ambiental da Zona Costeira e propiciar o suporte permanente dos Planos de Gestão.

- **Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira – RQA – ZC:** consiste no procedimento de consolidação periódica dos resultados produzidos pelo monitoramento ambiental.
- **Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro – ZEEC:** constitui-se no instrumento balizador do processo de ordenamento territorial necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade ambiental do desenvolvimento da Zona Costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional.
- **Plano de Gestão da Zona Costeira – PGZC:** compreende a formulação de um conjunto de ações estratégicas e programáticas, articuladas e localizadas, elaboradas com a participação da sociedade, que visam orientar a execução do Gerenciamento Costeiro.

A Lei Federal n.º 7.661/88 instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, definindo: “ Art. 2º - (...)

§ único – Para os efeitos desta lei, considera-se Zona Costeira o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que será definida pelo Plano.

Art. 3º - O PNGC deverá prever o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira e dar prioridade à conservação e proteção, entre outros, dos seguintes bens:

I – recursos naturais, renováveis e não renováveis, ..., ilhas costeiras ..., sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas, praias, ..., florestas litorâneas, manguezais e ...;

Art. 10 – As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse à segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), tem participado do Programa Nacional de gerenciamento Costeiro, aonde algumas ações vêm sendo desenvolvidas, tais como:

- Fortalecimento da infra-estrutura operacional para gerenciamento costeiro;
- Treinamento e capacitação de pessoal na área de gestão costeira;
- Elaboração de uma proposta de Plano de Monitoramento da Zona Costeira;
- Elaboração de uma proposta de Plano de Gestão para a Zona Costeira;
- Elaboração do Macrozoneamento do Litoral Norte (parcial);
- Implantação do Sistema de Informações para o Gerenciamento Costeiro – Sigerco;
- Elaboração de planos diretores de unidades de conservação, em áreas costeiras;
- Elaboração de perfis ambientais de 09 municípios da faixa costeira: Cabo Frio, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Araruama, Saquarema, Casimiro de Abreu, Macaé, Quicamã e Campos, como apoio à gestão ambiental local;
- Estudos biológicos das áreas de restinga do estado.

Cabe destacar que está em elaboração um Plano de Gestão da Zona Costeira do estado que visa à implementação de ações integradas que orientem a proteção dos recursos ambientais e viabilizem o desenvolvimento sustentável da região, contemplando soluções para os problemas encontrados, definindo atores envolvidos, responsabilidades e prazos.

O PNGC abrange o município de Macaé (Setor 4 – Litoral Norte Fluminense), entretanto o município não apresenta estudos, legislações e Planos referentes ao Zoneamento Costeiro.

O Zoneamento do município está descrito no Plano Diretor que será descrito adiante.

V.1.1.10 – Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla)

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla - é uma ação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), conduzida pela Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, e da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MPO), em parceria com os Governos Estaduais.

Tem por objetivo contribuir, em escala nacional, para a aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação da orla marítima, fortalecer a articulação dos diferentes atores do setor público e desenvolver mecanismos de mobilização social para a gestão integrada da orla e estimular o desenvolvimento sustentável na orla.

O projeto abrange uma faixa continental, envolvendo os ecossistemas tipicamente litorâneos e uma faixa marinha que se estende até a profundidade de 10 metros.

O município de Macaé é atendido pelo Projeto Orla, mas ainda não apresenta diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação da orla marítima. Como citado anteriormente, seu zoneamento está definido no Plano Diretor que será descrito mais adiante.

V.1.2 – Esfera Estadual

V.1.2.1 – Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro – (2008 – 2011)

O Plano Plurianual do estado do Rio de Janeiro para o quadriênio 2008/2011 foi estabelecido pela Legislação n° 5181, de 02 de janeiro de 2008, que tem como objetivo:

- Organizar em programas as ações dos órgãos da administração estadual, assegurando o alinhamento destes com a orientação estratégica do Governo e com as previsões de disponibilidade de recursos;
- Melhorar o desempenho gerencial da administração aprofundando a definição de responsabilidade, a conscientização de custos, a busca contínua de qualidade e o comprometimento com resultados;
- Criar condições para avaliação e mensuração dos produtos das ações do Governo e dos efeitos destas ações sobre a realidade estadual;
- Tornar públicas as informações referentes à administração estadual, dando maior transparência à aplicação de recursos públicos e visibilidade às ações do Governo e aos resultados obtidos;

- Estimular parcerias entre os órgãos da administração estadual e desses com outras esferas de governo e com a iniciativa privada, visando à ampliação das fontes de recursos e dos resultados;
- Dotar os administradores públicos de um instrumento gerencial estruturado e atualizado, objetivando facilitar a tomada de decisões, corrigir desvios e direcionar a aplicação de recursos para a realização dos resultados pretendidos.

Os projetos estratégicos contidos no PPA/RJ estão divididas em 9 áreas de Resultado da Estratégia do Governo do Rio de Janeiro, a saber:

- Reconquista da segurança
- Ampliação das ações preventivas e modernização do sistema de saúde
- Desenvolvimento do capital humano
- Desenvolvimento econômico, atração de investimentos e inovação tecnológica
- Desenvolvimento social, inclusão produtiva e cidadania
- Promoção da cultura e integração pelo esporte
- Sustentabilidade ambiental
- Infra-estrutura urbana e logística de transportes
- Renovação e fortalecimento da gestão pública

A seguir, serão destacados os principais projetos definidos no PPA (2008-2013) do Estado do Rio de Janeiro, que possuem relação com a implantação do empreendimento.

- **Política Ambiental da Companhia Estadual de Água e Esgoto:** Proporcionar, através de projetos ambientais para proteção de mananciais, controle e monitoramento da qualidade dos recursos hídricos e estimular a conscientização da população em relação às políticas públicas de meio ambiente;
- **Gestão de Recursos Hídricos e Controle de Inundações:** Consolidar as bases de gestão de recursos hídricos do Estado por intermédio da realização de intervenções para controle de inundações e da aplicação dos

seus instrumentos em consonância com planos e legislação vigente, visando à qualidade e à disponibilidade dos recursos hídricos do ERJ.

- **Desenvolvimento Econômico Integrado:** Apoiar os projetos de fomento aos setores produtivos, bem como atrair novas atividades econômicas, buscando correspondência com as potencialidades regionais, proporcionando a geração de trabalho e renda, aumentando a competitividade e a melhoria do produto fluminense e garantindo o desenvolvimento integrado do Estado;
- **Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas e Emergências Ambientais:** Promover a descontaminação e a recuperação ambiental, na perspectiva de uma gestão integrada dos ecossistemas e dos recursos ambientais, e implantar sistema estadual de segurança ambiental, subsidiando ações rápidas e antecipadas de proteção à população.
- **Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais:** Fomentar a formação de consórcios para implantação de aterros sanitários regionais e ações de remediação em áreas degradadas, permitindo sua descontaminação e recuperação, e promover ações para o controle da disposição de resíduos sólidos industriais.
- **Preservação da Biodiversidade e Gestão de Unidades de Conservação:** Proteger todas as espécies da biodiversidade fluminense e estabelecer um sistema de unidades de conservação ambiental bem implantado e gerido, gerando, ainda, benefícios diretos e indiretos para a população.
- **Expansão e Melhoria da Educação Profissional:** Ampliar, qualificar e promover a educação profissional voltada para as vocações econômicas específicas e gerais do Estado do Rio de Janeiro, adotando uma prática pedagógica compatível com as realidades sócio-econômicas de cada região aliado a processos de inclusão e desenvolvimento tecnológico e científico.

Dos projetos estratégicos propostos no Plano Plurianual 2008-2011 do estado do rio de Janeiro não foi verificada incompatibilidade com o empreendimento proposto.

V.1.2.2 Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável

A Lei nº 5690 de 14 de abril de 2010 institui a Política Estadual sobre Mudança do Clima e estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos aplicáveis para prevenir e mitigar os efeitos e adaptar o Estado às mudanças climáticas, em benefício das gerações atuais e futuras, bem como facilitar a implantação de uma economia de baixo carbono no Estado.

A referida legislação estabelece, ainda, que os planos, programas, políticas, metas e ações vinculadas a atividades emissoras de gases de efeito estufa, sejam elas de âmbito governamental ou empresarial, deverão incorporar em suas estratégias, medidas e ações que favoreçam a economia de baixo carbono. Para o setor da indústria deverá ser observada a seguinte diretriz:

- Incentivar o uso de equipamentos e processos mais eficientes, de sua reciclagem e substituição, e do reuso de materiais, bem como do controle das emissões de gases e o seqüestro de carbono.

Com relação a metas e prazos, o Estado definirá medidas reais, mensuráveis e verificáveis para reduzir as emissões antrópicas de gases de efeito estufa em seu território, devendo para tanto adotar:

- Metas de estabilização ou redução de emissões, isoladamente ou em conjunto com outras regiões do Brasil e do mundo;
- Metas de eficiência setoriais, tendo por base as emissões de gases de efeito estufa inventariadas para cada setor e parâmetros de eficiência que identifiquem, dentro de cada setor, padrões positivos de referência;
- Mecanismos adicionais de troca de direitos obtidos.

V.1.2.3 – Política Estadual de Recursos Hídricos

A Lei nº 3239, de 02 de agosto de 1999 institui a Política Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, que se baseia nos seguintes fundamentos: da descentralização, com a participação do Poder Público, dos usuários, da comunidade e da sociedade civil; do acesso à água como direito de todos, desde que não comprometa os ecossistemas aquáticos, os aquíferos e a disponibilidade e qualidade hídricas para abastecimento humano, de acordo com padrões estabelecidos; e de, em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos ser o consumo humano e a dessedentação de animais.

A Política Estadual dos Recursos Hídricos faz menção a alguns Planos e Programas constituídos como instrumentos desta Política, saber:

Plano Estadual de Recursos Hídricos

O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) constitui-se num diploma diretor, visando fundamentar e orientar a formulação e a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos mesmos.

O PERH contemplará as propostas dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH's), os estudos realizados por instituições de pesquisa, pela sociedade civil organizada e pela iniciativa privada, e os documentos públicos que possam contribuir para sua elaboração.

Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos

O Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos é um instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos pela Política Estadual de Recursos Hídricos, mensurados por metas estabelecidas no Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e no Plano Plurianual.

Seu objetivo é proporcionar a revitalização quando necessária, e a conservação, onde possível, dos recursos hídricos, como um todo, sob a ótica do ciclo hidrológico, através do manejo dos elementos dos meios físico e biótico, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e trabalho.

Planos de Bacia Hidrográfica

Os Planos de Bacia Hidrográfica (PBH's) atenderão, nos respectivos âmbitos, às diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos, e servirão de base à elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH).

A Área de Influência do empreendimento está localizada na Região Hidrográfica VIII – Macaé das Ostras, a qual não apresenta Plano de Bacia.

V.1.2.4 – Zoneamento Ecológico-Econômico

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Rio de Janeiro (ZEE), aprovado pela Lei Estadual nº 5.067 de 09 de julho de 2007, de responsabilidade da Secretaria de Estado do Ambiente é um instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial, envolvendo estudos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e as relações entre a sociedade e a natureza.

A referida contempla as dez regiões hidrográficas do Estado e dividirá o território em zonas, de acordo com a necessidade de proteção na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, prevendo medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

O Zoneamento Ecológico-econômico levará em conta a importância ecológica, as limitações e fragilidades dos ecossistemas, estabelecendo vedações, restrições e alternativas de exploração do território e determinando, quando for o caso, inclusive a realocação de atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais.

No âmbito do zoneamento ecológico econômico está sendo desenvolvida a caracterização das Regiões Hidrográficas que compõem o Estado do Rio de Janeiro, quanto ao meio físico, socioeconômico e biótico, a qual dará o embasamento técnico às indicações do Zoneamento Ecológico-Econômico do território do estado do Rio de Janeiro.

Com relação a Região Hidrográfica VIII – Macaé das Ostras, no qual o empreendimento está inserido, há estudos realizados, entretanto o zoneamento Ecológico-Econômico ainda não está definido.

V.1.3 – Esfera Municipal

V.1.3.1 – Município de Macaé

Plano diretor do Município

No município de Macaé/RJ, em 28/12/2006 foi promulgada a Lei Complementar nº 076, onde institui-se o Plano Diretor e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Sustentável.

Este documento é considerado um instrumento global e estratégico da política municipal de desenvolvimento social, urbano, econômico, ambiental e dos serviços de utilidade pública do município, determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam em Macaé.

Seu objetivo principal é a definição do conteúdo das políticas públicas, da função social da cidade e da propriedade urbana, de forma a garantir o acesso a terra urbanizada e regularizada, o direito à moradia, ao saneamento básico, aos serviços urbanos públicos, ao transporte, ao trabalho, à educação, às culturas, à saúde, ao lazer, ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, voltado para implementar uma gestão democrática e participativa, com vistas a reduzir as desigualdades sociais e promover a elevação da qualidade de vida.

De acordo com a referida Lei o Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento, devendo o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual incorporar os objetivos, as diretrizes gerais e específicas e as ações estratégicas nele contida.

Ainda, de acordo com o documento além do Plano Diretor, as políticas públicas do município também compreendem o processo de planejamento municipal.

Nesse sentido o Plano Diretor do município de Macaé define os objetivos, diretrizes e ações das políticas públicas do Desenvolvimento Sócio Econômico, do Desenvolvimento Humano, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Urbano.

Das Políticas públicas compreendidas no Plano Diretor de Macaé, duas serão descritas a seguir, pois apresentam relação com o empreendimento, a saber:

Política Pública para Indústria, Comércio e Serviços

Os objetivos definidos na Lei Complementar n 076/06 quanto a Política Pública para Indústria, Comércio e Serviços são:

- Diversificar a economia municipal, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa com a finalidade de assegurar a todos existência digna;
- Propiciar infra-estrutura adequada para a instalação de empreendimentos de base tecnológica e industrial;
- Consolidar o município como pólo regional de aglomeração de serviços, comércio e indústria;
- Estimular iniciativas de produção alternativa à indústria de petróleo;
- Estimular novos arranjos produtivos locais na região serrana do município.

As diretrizes gerais contempladas nesta Política são:

- Valorizar o micro, pequeno e médio empreendedor local através de ações especiais de fomento e ampla cooperação com as entidades que se dedicam ao desenvolvimento do setor;
- Estimular a integração da economia e seus sistemas produtivos locais com as demandas da indústria petrolífera;
- Propiciar infra-estrutura e logística para promover a diversificação da indústria, do comércio e dos serviços;
- Regular o funcionamento do comércio de bens e serviço, incluindo sábado e domingo.

As ações estratégicas das políticas públicas para a Indústria, Comércio e Serviços são descritas a seguir:

- Criar pólo industrial e células industriais com infra-estrutura visando atrair investimentos privados, geradores de emprego e renda, de forma sustentável e integrada nas atividades industriais, comerciais e de serviços;
- Promover feiras setoriais objetivando incrementar e gerar novos negócios no âmbito da indústria, do comércio e serviços;

- Estruturar pequenos e médios empreendimentos voltados para geração, transformação e oferta de novos produtos, como alternativas econômicas de geração de trabalho e renda para a população local no âmbito da indústria, comércio e serviços;
- Propor ações que promovam a modernização e contribuam para a superação de entraves das atividades econômicas, de comércio e serviços no município;
- Elaborar e promover a implementação, em articulação com outros órgãos públicos e privados, de medidas de simplificação, desburocratização e desregulamentação das atividades de comércio e de serviço, visando o seu desenvolvimento e ao desestímulo à informalidade;
- Estimular, fortalecer e consolidar a pequena e média indústria já instalada no Município;
- Estimular a implantação no território municipal de um centro logístico e industrial aduaneiro, de acordo com a legislação vigente.

Política Pública para a Economia do Petróleo

Os principais objetivos das políticas públicas para a economia do Petróleo são:

- Reconhecer o arranjo produtivo de petróleo e gás local como um ciclo econômico com base em um recurso ambiental finito, ou seja, as reservas naturais de hidrocarbonetos;
- Garantir uma eficiente e transparente aplicação de recursos oriundos das atividades exploratórias de petróleo e seus derivados, destinados à gestão municipal, criando, desta forma, condições para que a população possa identificar onde e como estão sendo alocados os citados recursos;
- Promover e assumir responsabilidades nos setores de infra-estrutura social, urbana e econômica, visando à dinamização da base econômica local, com objetivo de promover a geração de empregos, renda e a conseqüente melhoria nas condições de vida de seus habitantes, garantindo o crescimento diversificado, ordenado, participativo e auto-sustentável;

- Garantir a disponibilidade dos recursos oriundos das atividades exploratórias de petróleo e seus derivados, possibilitando transformá-los em meios de geração e estímulo de outras atividades que permitam a sustentação das economias locais, numa perspectiva de longo prazo e de desenvolvimento sustentável;
- Incentivar o desenvolvimento econômico e social vinculados às atividades petrolíferas visando proporcionar atrativos para novas oportunidades empresariais, e a conseqüente abertura de novos postos de trabalho na forma de empregos diretos e indiretos, o crescimento do mercado consumidor local e o aumento da arrecadação municipal;
- Investir os recursos atuais na execução de políticas de fortalecimento econômico, visando sempre à consolidação de um desenvolvimento local, criando, desta forma, condições sociais e econômicas para a geração e a atração de novas atividades produtivas, dentro da perspectiva de uma economia aberta.

São diretrizes gerais das políticas públicas para a economia do Petróleo:

- Criar e implementar fundo municipal dos *royalties*, que será gerido pelo Poder Público Municipal e terá valores depositados em parcelas com percentuais crescentes de 1% (um por cento) ao ano, até o limite de 10% (dez por cento), a partir do ano de 2007, valores estes que permanecerão retidos, exceto em casos de decretação de estado de emergências e calamidades públicas, por um período de 10 (dez) anos, preservando-os para as presentes e futuras gerações, até formarem um montante capaz de cobrir as deficiências causadas por uma queda na arrecadação municipal, de modo a prevenir o declínio econômico decorrente da exaustão das reservas de hidrocarbonetos;
- Aplicar os recursos oriundos do fundo municipal em títulos de renda fixa, ações de empresas do próprio Estado, do País, de empresas internacionais e em empreendimentos imobiliários e em outras formas que garantam rentabilidade;
- Utilizar os recursos oriundos do fundo municipal em conformidade à legislação específica federal, diretamente em projetos que viabilizem o

desenvolvimento econômico, nas potencialidades e ou vocações municipais;

- Fortalecer as parcerias com o setor privado e estatal, vinculados à economia do petróleo, de modo a estimular a sua responsabilidade social empresarial e assim aumentar a sua participação nos processos de inclusão social da população atraída à cidade através do efeito indutor do arranjo produtivo do petróleo e gás, no fenômeno migratório.

As ações estratégicas das políticas públicas para a economia do Petróleo são descritas a seguir:

- Investir em cursos de capacitação de mão-de-obra especializada na atividade petrolífera, inclusive salvatagem, de modo a induzir a contratação da mão-de-obra local no setor petrolífero;
- Estabelecer permanente articulação entre os vários agentes e operadores do setor petróleo e gás, com a administração municipal através do seu Sistema de Informações Municipal, com vistas a operacionalizar de forma eficaz a gestão de novos postos de trabalho e a preparação da mão-de-obra local, visando à sua inserção neste mercado de trabalho;
- Garantir a concentração espacial das atividades industriais e de serviço relacionados ao arranjo produtivo do petróleo e gás através da definição de áreas de expansão e de localização física das estruturas construídas, pátios para manobras, operações e estocagem;
- Apoiar a realização de feiras tecnológicas e de negócios, estabelecendo apoio logístico e parcerias necessárias;
- Fornecer, no âmbito do petróleo e gás, conteúdos técnicos qualificados em nível de ensino fundamental.

De acordo com o zoneamento definido pelo Plano Diretor do município de Macaé, a área do empreendimento está localizada em Macrozona de Ambiente Urbano, a qual caracteriza-se pela predominância da ocupação humana e das intervenções decorrentes do processo de urbanização, e subdivido-se em:

- Macroárea da Orla - MO;
- Macroárea de Ocupação Prioritária - MOP;

- Macroárea de Ocupação Controlada - MOC;
- Macroárea de Regularização Urbanística - MRU;
- Macroárea de Expansão Periférica - MEP;
- Macroárea de Transição - MT.

Dentre estas subdivisões a TECAB está inserida na Macroárea de Ocupação Controlada, a qual tem como objetivo reduzir as desigualdades sócio-espaciais do tecido urbano consolidado, com prioridade para a qualificação e requalificação das áreas precárias e promover a ocupação gradativa da área disponível para expansão urbana, regulando o adensamento em função da infra-estrutura instalada.

Com relação à Macroárea de Ocupação Controlada, esta corresponde às áreas com concentração e predominância da atividade industrial e de serviços industriais, onde se identifica tanto a necessidade de disciplinar ou conter a expansão territorial, tendo em vista os impactos negativos gerados sobre áreas de uso residencial e de interesse ambiental, quanto à potencialidade para ampliação e fomento da atividade industrial garantindo os limites de tolerância para proximidade de usos desconformes.

Os objetivos das políticas públicas para a Macroárea de Ocupação Controlada são:

- Recuperar e preservar áreas ambientais frágeis;
- Orientar os vetores de expansão da atividade industrial de forma a minimizar conflito decorrente da proximidade com áreas residenciais e ambientalmente frágeis;
- Polarizar a atividade industrial nos limites norte e sul da área urbana através do incremento das zonas industriais definidas na legislação municipal de uso do solo em vigor.

Quanto às diretrizes específicas das políticas públicas para a Macroárea onde o empreendimento está localizado, destacam-se:

- Estabelecer parâmetros urbanísticos que induza a ocupação em média densidade;

- Adequar a estrutura de circulação viária atual ao sistema estrutural proposto, especialmente no que se refere ao trânsito de veículos de grande porte;
- Garantir a continuidade do sistema viário entre os novos empreendimentos imobiliários;
- Garantir a recuperação e preservação das áreas de interesse ambiental e a sua integração com projetos urbanos, especialmente a área do antigo horto e entorno;
- Formar corredores ecológicos urbanos nos limites das áreas industriais;
- Garantir a reserva das faixas marginais dos corpos hídricos, especialmente dos canais e das lagoas;
- Conter a expansão da área industrial e de serviços industriais situados fora dos limites das zonas industriais previstas na legislação municipal em vigor;
- Executar o prolongamento da Linha Azul, favorecendo o acesso à área industrial de Cabiúnas;
- Prever a expansão territorial da área industrial de Imboassica em direção ao interior do território municipal no limite com o município de Rio das Ostras;
- Estabelecer percentuais diferenciados para equipamentos públicos e áreas verdes nos loteamentos em função da demanda gerada pelo novo empreendimento, considerando a escala territorial e a tipologia dos lotes;
- Identificar e delimitar os assentamentos humanos irregulares, inserindo-os nos programas municipais de regularização urbanística e fundiária.

Código de Urbanismos do Município de Macaé

O código de município de Macaé é instituído pela Lei Complementar nº 141 de 2010, o qual estabelece normas complementares à Lei Complementar nº 076, de 18 de dezembro de 2006 (Plano Diretor do Município) e dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos, o ordenamento urbanístico e o sistema viário de circulação no Município. Os objetivos deste Código são:

- Diversificar e integrar usos compatíveis;
- Distribuir os usos e a intensidade do aproveitamento do solo de forma equilibrada em relação à infra-estrutura, aos transportes e ao meio ambiente;
- Ordenar a expansão de áreas industriais;
- Descentralizar e fomentar a expansão de áreas predominantemente comerciais;
- Garantir as condições favoráveis de iluminação, aeração, insolação e ventilação das edificações;
- Controlar o processo de verticalização das edificações, através:
 - Da restrição da interferência lesiva à paisagem;
 - Da coibição ao sombreamento nas praias;
 - Do equilíbrio da densidade populacional com a oferta de áreas públicas e serviços de infra-estrutura urbana;
 - Do atendimento ao interesse social.

Ressalta-se que os dispositivos contidos neste Código, relativos ao ordenamento urbanístico e ao sistema viário de circulação, são aplicáveis à Macrozona de Ambiente Urbano prevista no Plano Diretor do Município e, no que diz respeito ao parcelamento do solo urbano, estende-se à Macroárea de Uso Sustentável, considerando as sedes de distritos, localidades rurais e núcleos isolados.

Conforme já mencionado no item anterior a área do empreendimento está inserida na Macrozona de Ambiente Urbano, assim a referida Lei traz especificações e restrições que estão diretamente relacionadas ao empreendimento.

De acordo com o Código, qualquer projeto de parcelamento poderá ser recusado ou alterado, total ou parcialmente, pelo órgão municipal responsável, tendo em vista:

- As diretrizes municipais para o uso do solo urbano ou as definidas em planos específicos de desenvolvimento urbano;
- A defesa dos recursos naturais, paisagísticos e do patrimônio histórico e cultural do Município.

- Em glebas ou terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;
- Em glebas ou terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;
- Em glebas ou terrenos com declividade igual ou superior a 30 % (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes;
- Em terrenos onde as condições geológicas não aconselhem a edificação;
- Em glebas ou terrenos onde a poluição ambiental comprovadamente impeça condições sanitárias adequadas, sem que sejam previamente saneadas;
- Nas faixas de domínio e nas Faixas Marginais de Proteção (FMP) estabelecidas em legislação específica;
- Em áreas de preservação permanente previstas na legislação federal, estadual ou municipal;
- Em áreas submetidas à especial proteção do meio ambiente ou do patrimônio paisagístico, histórico ou cultural cuja disciplina impeça o uso e a ocupação para fins urbanos;
- Onde for técnica ou economicamente inviável a implantação de infraestrutura básica, serviços públicos de transporte coletivo ou equipamentos comunitários.

Conforme estabelecido no Código de Urbanismo do município de Macaé, a Macrozona de Ambiente Urbano divide-se em:

- Zonas Residenciais (ZR);
- Zonas de Uso Diversificado (ZUD);
- Zonas de Uso Institucional (ZUI);
- Zonas Industriais (ZI);
- Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA);
- Zonas de Expansão Urbana (ZEU);
- Setores Especiais de Requalificação Urbano-Ambiental (SRU);
- Setores Especiais de Preservação Ambiental (SPA);
- Setores Especiais de Preservação Histórico-Cultural (SPH);

- Setores Viários Estruturais (SVE);
- Setores Viários de Serviços (SVS).

A área do empreendimento está inserida na Zona Industrial 3, conforme pode ser observado na **Figura V.1.3.1-1**.

As Zonas Industriais são áreas com predominância de atividades de cunho industrial e de serviços de grande porte, admitindo-se a instalação de atividades potencialmente poluidoras, que, portanto, devem evitar a convivência ao uso residencial, sendo subdividida em:

- **Zona Industrial 1:** localizada no extremo sul do território municipal, visa a atender à necessidade de ampliação de área industrial saturada, direcionando sua expansão para os limites municipais;
- **Zona Industrial 2:** caracterizada pela concentração de empresas de grande porte, desenvolvimento de atividades de elevado impacto à vizinhança predominantemente residencial e presença de áreas de relevante interesse ambiental, indicando a contenção de sua expansão territorial;
- **Zona Industrial 3:** localizada no extremo norte do território municipal, constitui uma reserva de área para desenvolvimento da atividade industrial.

Cabe destacar que o parcelamento destinados à instalação de indústrias deverão conter áreas verdes necessárias para proteger as áreas circunvizinhas contra possíveis efeitos residuais e acidentes, bem como observar as regras específicas estabelecidas para a respectiva zona industrial, conforme determinar o órgão municipal responsável no processo de licenciamento do projeto de licenciamento.

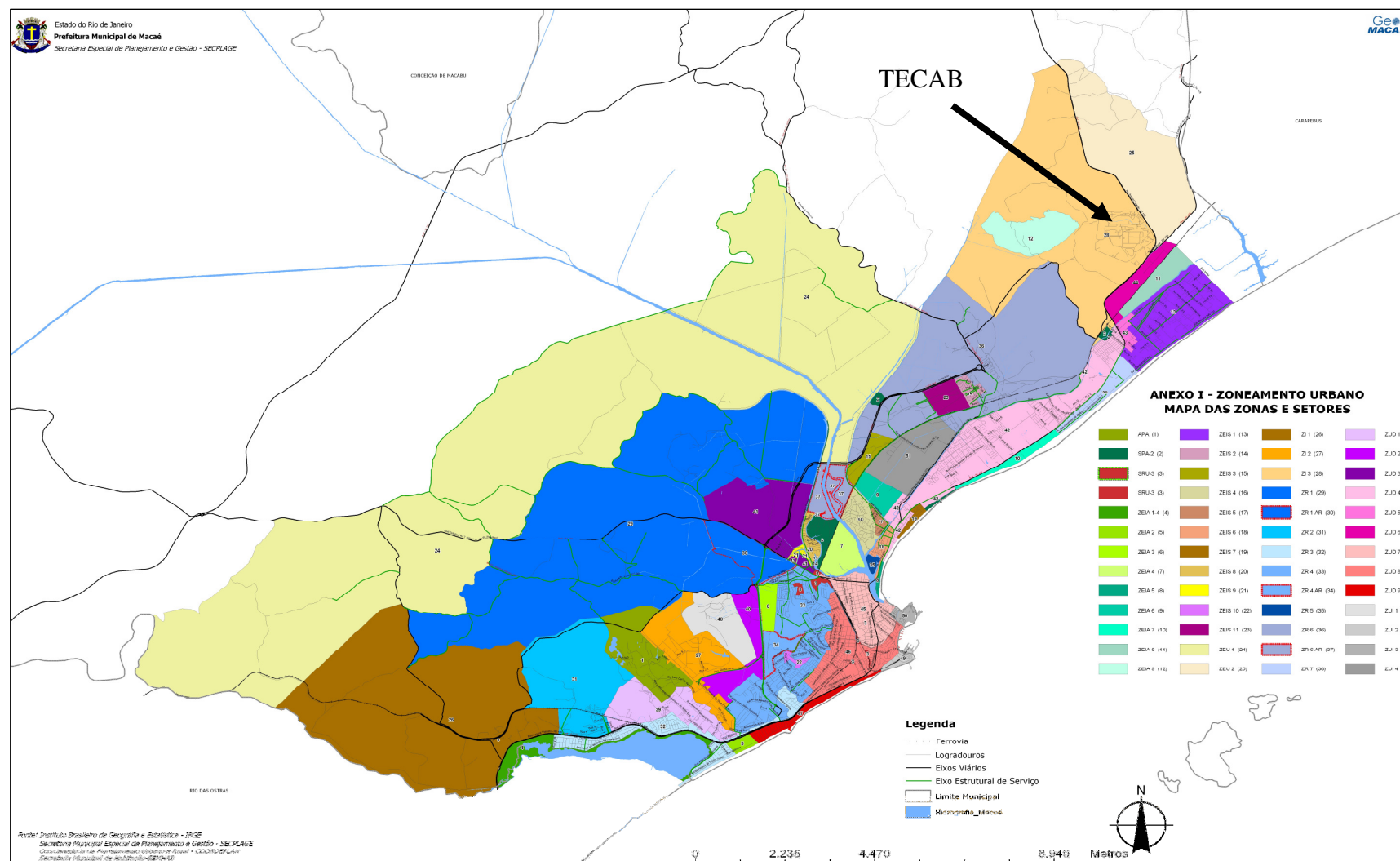


Figura V.1.3.1-1: Mapa de Zoneamento Urbano. Fonte: Código de Urbanismo do Município de Macaé.

De acordo com o referido Código são permitidas as seguintes atividades na Zona industrial 3:

- Comércio de Abastecimento local;
- Comércio diversificado;
- Serviços profissionais;
- Serviços técnicos de confecção e manutenção;
- Serviços Sociais;
- Serviços institucionais e financeiros;
- Associações comunitárias, culturais e esportivas;
- Serviços de hospedagem ou moradia temporária;
- Serviços de administração e serviços de utilidade pública;
- Comércio de alimentação/diversão
- Comércio especializado;
- Serviço de lazer, cultura e esporte;
- Locais de reuniões ou eventos;
- Oficinas de reparos;
- Usos industriais compatíveis de médio e grande porte;
- Serviços de armazenamento de bens móveis de médio e grande porte;
- Usos especiais de médio e grande porte;
- Usos industriais incômodos de médio e grande porte.

Plano Plurianual 2010/2013

Além do Plano Diretor Estratégico, o Plano Plurianual do município de Macaé também está inserido no processo de planejamento municipal. Este foi instituído pela Lei nº 3.343 de 30/12/2009, para o período de 2010/2013, onde são estabelecidos programas, objetivos, valores e metas da Administração Pública Direta e Indireta do Poder executivo e do Poder Legislativo para despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de ação continuada.

A seguir, serão destacados os principais programas definidos no PPA (2010-2013) do município de Macaé, que possuem relação com a implantação do empreendimento.

Geração de Trabalho e Renda

Objetivo: Desenvolvimento econômico, através do estímulo à criação de cooperativas e formação e qualificação dos trabalhadores do município.

Macaé Limpa e Saudável

Objetivo: Contribuir para melhoria da qualidade de vida da população com ações voltadas para a limpeza urbana e meio ambiente.

Ampliação, Melhorias e Modernização da Infra-Estrutura Urbana

Objetivo: Melhorar as condições de infra-estrutura e os serviços públicos prestados a população da região serrana. Implementar e incrementar ações de infra-estrutura urbana, visando melhorar a qualidade de vida da população. Implementar ações com vistas à urbanização e reformulação urbanística e ambiental.

Saneamento Básico

Objetivo: Ampliar e melhorar o sistema de esgotamento sanitários e águas pluviais do município, visando melhor qualidade de vida da população. Promover abastecimento de água tratada na cidade e o tratamento de esgotos domésticos.

Protegendo o Meio Ambiente

Objetivo: Implementar ações destinadas à preservação, controle, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Implementar ações com vistas a urbanização e reformulação urbanística e ambiental.

Universalização do Atendimento Escolar

Objetivo: Democratizar a educação e melhorar a qualidade do ensino fundamental com ênfase das ações voltadas para alimentação, esporte, capacitação, do professor e, sobretudo reduzir a evasão e a repetência escolar.

Oferecer educação de ensino superior de qualidade para a comunidade e capacitação para o mercado de trabalho.

Desenvolvimento do Ensino Superior

Objetivo: Democratizar a educação e melhorar a qualidade do ensino fundamental com ênfase das ações voltadas para alimentação, esporte, capacitação do professor, reduzir a evasão e a repetência escolar. Oferecer educação de ensino superior de qualidade para a comunidade e capacitação para o mercado de trabalho.

Desenvolvimento Educacional Profissional /Extensão Universitária.

Objetivo: Oferecer cursos a população que aprimorem ou complemente seu conhecimento profissional.

Gestão de Serviço, Metrologia e Qualidade Industrial

Objetivo: Medir, analisar, macro e micro a qualidade industrial.

Fomento do Desenvolvimento Tecnológico

Objetivo: Dotar o município de instrumentos de difusão de conhecimentos tecnológicos, visando dar suporte a população e as empresas do município.

Desenvolvimento, Realização, Estudos e Projetos Econômicos.

Objetivo: Desenvolvimento de projetos estratégicos voltados ao desenvolvimento econômico e sustentável do município.

Fomento ao Desenvolvimento Econômico

Objetivo: Consultoria, cursos e treinamentos empresariais. Implementar e apoiar o desenvolvimento econômico e social do município.

Desenvolvimento e Gestão de Resíduos Urbanos

Objetivo: Implantar a coleta seletiva e o descarte dos efluentes industriais.

Prevenção de Desastres

Objetivo: Prevenir e minimizar desastres no município.

Desenvolvimento da Educação Profissionalizante

Objetivo: Criar e desenvolver estudos e cursos profissionalizantes.

Programa de Pesquisas Científicas

Objetivo: Criação e desenvolvimento de pesquisas científicas para várias áreas.

Além dos Programas contidos no PPA (2010-2013), existem projetos educacionais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação da prefeitura de Macaé, a saber:

Minha Escola Querida

Objetivo: Conscientizar a população e as empresas sobre a importância da Educação Pública, mobilizando todos para o desenvolvimento de ações voluntárias que visam à revitalização das estruturas físicas das escolas.

Pré-Vestibular Comunitário

Objetivo: Preparar gratuitamente a comunidade para o ingresso em faculdades. O pré-vestibular atende a demanda de cidadãos macaenses que tem a intenção de ingressar no Ensino Superior, mas não dispõem de recursos financeiros.

Casa de Contadores de Histórias

Objetivo: Incentivar e sensibilizar os alunos de Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental para o uso da leitura como instrumento de crescimento individual, social, cognitivo e profissional. São desenvolvidas atividades como: oficina de artes manuais, vivências e experimentações através do imaginário e do “faz-de-conta”, leitura diversificada em bibliotecas.

Formação Continuada de Professores de Educação Básica – MEC

Objetivo: Oferecer subsídios teórico-metodológicos educacionais para professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental em exercício nas escolas públicas.

Escola em Ação

Objetivo: Este projeto é uma parceria entre a empresa Odebrecht, UNESCO e Secretaria municipal de Educação. A principal estratégia do projeto é a abertura das escolas públicas municipais aos finais de semana, para que os jovens e suas comunidades possam participar das atividades de educação, cultura, esporte, lazer e formação inicial para o trabalho.

Pequenos Cientistas

Objetivo: Estimular os segmentos da Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano a realizarem pesquisas e apresentarem de forma lúdica os conhecimentos científicos sobre percepção de mundo e descobertas dos fenômenos que cercam o seu cotidiano.

Este projeto resgata momentos lúdicos de pesquisa, desenvolvida durante a prática pedagógica, e incentiva a elaboração de projetos de iniciação científica. Além disso, visa incentivar a troca de aprendizagem.

Literarte

Objetivo: Estimular a participação dos alunos em atividades interligadas às diferentes expressões artísticas, promovendo integração entre a arte e as outras disciplinas

Feira Macaense de Ciência, Tecnologia e Inovação (FEMACTI)

Objetivo: Desenvolvimento de Feiras de Ciências no município pela Secretaria de Educação em parceria com a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia. Neste projeto participam estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

As feiras têm caráter de exposição das pesquisas baseadas na metodologia científica desenvolvidas nas escolas durante a prática educativa, onde os estudantes, ao divulgarem os projetos, exercitam a habilidade de argumentação, a compreensão da perspectiva do outro e desenvolvem múltiplas formas de apresentação.

Jogos Estudantis das Escolas Municipais (JEEM)

Objetivo: Ampliar a prática do esporte entre os jovens da rede municipal, além de desenvolver a consciência crítica ressaltando o espírito de equipe e companheirismo para competição.

Recrear

Objetivo: Visa à valorização da atividade física desde a Educação Infantil, com o objetivo de levar a criança a expressar sentimentos de alegria, envolvimento, angústia, medo, solidão, tristeza, através da recreação e da ludicidade. Além de proporcionar a todas as crianças da Educação infantil momentos de participação em atividades recreativas e lúdicas, como brincadeiras e jogos que envolvam correr, pular, manipular diversos materiais, movimentar-se e dançar.

Mesas Educacionais Positivo

Objetivo: Oferecer às escolas municipais mesas educacionais integradas por módulos eletrônicos, softwares educacionais e uma variedade de materiais concretos. Permitem um trabalho em conjunto de até 06 crianças, favorecendo e estimulando a socialização e o desenvolvimento de atividades em grupo.

História da África

Objetivo: Atende a Lei nº 10.639/03 destinada à inserção da disciplina da História da África e Cultura Afro-Brasileira no currículo da rede municipal de ensino. O projeto tem como objetivo debater a visão que a sociedade e o indivíduo possuem sobre o negro.

Programa Nacional do Livro Didático - PNLD

Objetivo: Apontar a seleção dos livros escolares a serem utilizados nas salas de aula abordando ainda ações de preservação do material e suas iniciativas.

Plataforma Freire

Objetivo: Oferecer oportunidades aos professores de cursar o ensino superior, através da Plataforma Freire com abertura de pré-inscrições para cursos gratuitos, presenciais e a distancia de licenciaturas em Biologia pela Uenf, Matemática pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de biologia, Física e Química pela UFRJ para educadores, em exercício no magistério público, que estão em uma destas três situações:

- Professor que ainda não tem curso superior;
- Professor com graduação, mas que leciona em área diferente daquela que se formou; e
- Bacharel sem licenciatura, que precisa de estudos complementares que o habilitem ao exercício do magistério.

Gestar II

Objetivo: Oferecer formação continuada em língua portuguesa e matemática aos professores dos anos finais (do 6º ao 9º) do ensino fundamental em exercício nas escolas públicas.

EJA

Objetivo: Oferecer à comunidade a iniciação e conclusão de seus estudos, tanto na alfabetização como nos ensinos Fundamental e Médio

Cidade Universitária - UFF/UFRJ/FeMASS

Objetivo: A cidade Universitária oferece 12 cursos de nível superior gratuitos para toda população de Macaé por meio da única faculdade 100% municipal, a Faculdade Professor Miguel Ângelo da Silva Santos (FeMASS).

A Cidade Universitária visa dar sustentabilidade ao município dos pós-ciclo do petróleo, com o investimento no saber e no conhecimento, com cursos que possibilitem novos profissionais qualificados para o Mercado de Macaé e região.

Inclusão Digital, Inclusão Digital Sênior

Objetivo: Fazer com que jovens e adultos das comunidades em situação de vulnerabilidade social tenham contato com novas tecnologias relacionadas ao uso de microcomputadores, por meio de aulas teóricas-práticas de informática básica.

Núcleo de Estudos em políticas Públicas Perspectivas de Gênero: Formação e Capacitação

Objetivo: Destacar a participação da mulher e de outros membros da sociedade na luta pelos direitos e garantias diante das diferenças.

Centro de Assistência Judiciária da UFF (Cajuff)

Objetivo: Alunos do último ano de Direito da UFF prestam atendimento jurídico gratuito, sob supervisão de um professor orientador, às pessoas que ganham menos de três salários mínimos.

Construir para crescer

Objetivo: A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé (FAFIMA) é parceira da Secretaria da Educação neste projeto que visa ações para melhoria das classes de alfabetização.

Das Políticas e Programas previstos ou em vigência para o município de Macaé não foi identificada qualquer intervenção que se apresente incompatível com o projeto proposto neste EIA.

V.2 – LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL

O presente item procura apresentar, em forma de sumário, as normas da legislação ambiental brasileira – em âmbito federal, estadual e municipal – que incidem sobre o processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela (que se dará no âmbito do Instituto Estadual do Ambiente – INEA/RJ), bem como sobre sua implantação e operação.

Cabe ressaltar a importância dessas normas não apenas no âmbito do licenciamento, mas, sobretudo, na definição das diretrizes e dos procedimentos tomados para o desenvolvimento econômico e social do País, uma vez que a política energética determina a oferta de energia para a produção da indústria nacional, assim como todas as atividades de serviços e de residência.

O empreendimento em estudo compreende o projeto de ampliação do já existente Terminal de Cabiúnas, em Macaé/RJ, com vias a atender a nova demanda de gás natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos. O projeto consiste na construção de novas Unidades de Processamento de Gás Natural, de Processamento de Condensado, de Remoção do Mercúrio do Gás Natural, de Remoção de Dióxido de Carbono e de Tratamento Cáustico de GLP, além de melhorias em Sistemas de Utilidades já existentes.

Dados os itens contemplados pelo empreendimento e os temas abordados pelo presente Estudo, recomenda-se especial atenção às normas que tratam da poluição ambiental (do ar, do solo e da água) e sonora, assim como às normas que dispõem sobre mudanças climáticas e preservação da biodiversidade.

Sobre mudanças climáticas, em consonância com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, implementada em Dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro (RJ) acaba de instituir, através da lei n. 5.690, publicada em 15.04.10, sua Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável (PEMCRJ).

Dentre seus principais objetivos, a PEMCRJ busca: (i) estimular mudanças de comportamento da sociedade e modificar padrões de produção e consumo, visando à redução da emissão de gases de efeito estufa (“GEE”); (ii) fomentar a participação do uso de fontes renováveis de energia no Estado; (iii) promover mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidades de produção; e (iv) preservar, conservar e recuperar os recursos ambientais, considerando a proteção da biodiversidade como elemento necessário para evitar ou mitigar os efeitos da mudança climática.

Para a concretização dos objetivos acima, a PEMCRJ conta com uma série de importantes instrumentos, em especial: (i) o Plano Estadual sobre Mudança do Clima (ii); o Cadastro Estadual de Emissões, para o acompanhamento dos resultados de medidas de redução e remoção de GEE, realizadas por agentes públicos e privados, e que deverão ser medidos, registrados e verificados por instâncias certificadoras independentes; (iii) as Estimativas Anuais de Emissões de GEE e o Inventário Estadual de Emissões de GEE, elaborados a cada 05 anos; e, principalmente, (iv) o Licenciamento Ambiental de empreendimentos com significativa emissão de GEE, que, no entanto, haverá de ter seu regulamento a ser editado.

Especificamente quanto ao licenciamento ambiental, a PEMCRJ expressamente prevê que a emissão – ou renovação – de licenças de instalação e operação serão condicionadas à apresentação de: (i) Inventário de Emissão de GEE do empreendimento; e (ii) Plano de Mitigação de Emissões e Medidas de Compensação.

Ademais, a emissão de licenças para a instalação de empreendimentos após a entrada em vigor da lei n. 5.690/10 (15.04.10) poderá ser condicionada à

assunção da obrigação de neutralizar total ou parcialmente as respectivas emissões de GEE.

A lei n. 5.690/10 estabelece, ainda, que o Estado poderá criar nova modalidade de certificação, com a finalidade de assegurar, perante terceiros, que a pessoa física ou jurídica que a detenha exerce suas atividades produtivas, comerciais, de investimento financeiro ou prestação de serviços em conformidade com os objetivos da PEMCRJ.

Por derradeiro, a PEMCRJ prevê a definição de metas reais, mensuráveis e verificáveis para reduzir as emissões antrópicas de GEE, inclusive com a possibilidade de adoção de metas de eficiência setoriais, tendo por base as emissões de GEE inventariadas para cada setor e parâmetros de eficiência que identifiquem, dentro de cada setor, padrões positivos de referência.

Com ênfase, sugere-se, também a observância da Resolução CONAMA 428/10, recentemente publicada, que trata do licenciamento ambiental de áreas localizadas em Unidades de Conservação (UC) ou em suas zonas de amortecimento. Esta Resolução trouxe mudanças significativas ao processo de licenciamento, principalmente quanto à definição das Zonas de Amortecimento. O parágrafo 2º do Artigo 1º desta norma alterou para 3 mil metros a Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação que não tenham Plano de Manejo. Vale lembrar que a Resolução CONAMA 13/90, ora revogada, determinava que as Zonas de Amortecimento fossem de 10 mil metros a partir dos limites das Unidades de Conservação.

A Resolução CONAMA 428/10 determina, ainda, que nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA o órgão ambiental só deverá consultar a administração da Unidade de Conservação quando o empreendimento puder causar impacto direto à UC; estiver localizado na sua zona de amortecimento; ou estiver localizado no limite de até 2 km da UC cuja zona de amortecimento não tenha sido estabelecida em Plano de Manejo no prazo de até cinco anos da data de publicação desta Resolução (Artigo 5º, respectivamente incisos I, II e III). Entretanto, especificamente nos casos de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), não se aplica o inciso III do Artigo 5º.

Quanto ao procedimento, o Artigo 2º determina que a autorização tratada na Resolução deverá ser solicitada pelo órgão ambiental. A norma prevê prazos para

que o órgão e o responsável pela administração da UC se manifestem no procedimento do licenciamento ambiental.

A seguir, apresentam-se ementas das normas ambientais, dispostas de forma a organizar as referências em nível federal, estadual e municipal por temas de abrangência.

Normas consideradas de primordial importância (com ênfase em obrigações, proibições e critérios técnicos relativos ao licenciamento do empreendimento) encontram-se destacadas das demais – com um sombreamento das células em que se encontram.

Demais recomendações ao empreendedor, com base no estabelecido pela legislação vigente e nos resultados do diagnóstico ambiental e da avaliação de impactos e de risco de acidentes, encontram-se contextualizadas nos demais capítulos deste Estudo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Proteção ao meio ambiente

Ato ou norma	Ementa
Lei nº 6.938/81	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente institui o Cadastro de Defesa Ambiental. Alterada pelas Leis nºs 7.804/89, 9.605/98, 9.960/00, 9.966/00, 9.985/00, 10.165/00, 11.105/05, 11.284/06, 11.941/09 e regulamentada pelos Decretos nºs 89.336/84, 97.632/89, 99.274/90, 4.297/02 e 5.975/06.
Lei nº 7.347/85	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico. Alterada pelas Leis nºs 8.078/90, 8.884/94, 9.494/97, 10.257/01, 11.448/07, 12.228/10 e pela Medida Provisória nº 2.180-35/81.
Resolução CONAMA nº 001/88	Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.
Constituição Federal de 1988	O Capítulo II, Art. 23, Inciso VI, estabelece que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
	No Capítulo II, Art. 24, Inciso VIII, fica estabelecida a competência da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar concorrentemente sobre o meio ambiente.
	O Capítulo VI, Art. 225, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum ao povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
Lei nº 7.735/89	Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
Lei nº 7.797/89	Cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente. Regulamentada pelo Decreto nº 3.524/00.
Portaria IBAMA nº 48/93	Cria a Rede Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente, com o objetivo de dar suporte informacional às atividades técnico-científicas e industriais e apoiar o processo de gestão ambiental.

Ato ou norma	Ementa
Portaria IBAMA nº 113-N/97	Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro das pessoas físicas ou jurídicas no Cadastro Técnico Federal de pessoas físicas ou jurídicas que desempenhem atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.
Lei nº 9.605/98	Lei de Crimes Ambientais. Define as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Alterada pelas Leis nºs 11.428/06, 9.985/00, 11.284/06, 12.305/10 e pela Medida Provisória nº 2.163-41/01.
Lei nº 9.795/99	Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Regulamentada pelo Decreto nº 4.281/02.
Lei nº 10.406/02	Institui o novo Código Civil Brasileiro.
Decreto nº 4.297/02	Regulamenta o Art. 9º, Inciso II, da Lei nº 6.938/81, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE. Alterado pelos Decretos nºs 6.288/07 e 7.378/10.
Decreto nº 4.339/02	Institui princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade.
Resolução CONAMA nº 306/02	Estabelece requisitos mínimos e termo de referência para a realização de auditorias ambientais, objetivando avaliar sistemas de gestão e controle ambiental nos portos organizados e instalações portuárias, plataformas, instalações de apoio e refinarias.
Decreto nº 5.092/04	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.
Decreto nº 4.703/03	Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade. Alterado pelos Decretos nº 5.312/05 e 6.043/07.

Ato ou norma	Ementa
Decreto nº 6.514/08	Dispõe sobre as sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal de apuração dessas infrações e dá outras providências. Alterado pelos Decretos nºs 6.686/08, 6.695/08, 7.029/09 e 7.404/10.
Instrução Normativa ICMBio nº 006/09	Dispõe sobre o processo e os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
Lei nº 12.187/09	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Regulamentada pelo Decreto nº 7.390/10.
Resolução CONAMA nº 422/10	Estabelece diretrizes para campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental.

Licenciamento ambiental

Ato ou norma	Ementa
Resolução CONAMA nº 001/86	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental. Modificada pelas Resoluções CONAMA nºs 011/86 e 237/97.
Resolução CONAMA nº 006/86	Aprova os modelos de publicação de pedidos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova os novos modelos para publicação de licenças.
Resolução CONAMA nº 009/87	Regulamenta a questão das Audiências Públicas em nível federal.
Resolução CONAMA nº 001/88	Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.
Portaria Normativa IBAMA nº 01/90	Institui cobrança no fornecimento de licença ambiental, como também dos custos operacionais.
Resolução CONAMA nº 237/97	Revisa procedimentos e critérios utilizados no Licenciamento Ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental. Complementa e altera a Resolução CONAMA nº 001/86.

Ato ou norma	Ementa
Instrução Normativa IBAMA nº 03/99	Estabelece os critérios para o Licenciamento Ambiental de empreendimentos e atividades que envolvam manejo de fauna silvestre e exótica e de fauna silvestre brasileira em cativeiro.
Resolução CONAMA nº 281/01	Dispõe sobre os pedidos de licenciamento, sua renovação e concessão.

Unidades de Conservação

Ato ou norma	Ementa
Decreto nº 84.017/79	Aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.
Lei nº 6.902/81	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90.
Decreto nº 89.336/84	Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.
Resolução CONAMA nº 012/89	Dispõe sobre a proibição de atividades em Área de Relevante Interesse Ecológico que afetem o ecossistema.
Portaria IBAMA nº 216/94	Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Unidades de Conservação - CNUC.
Decreto nº 1.298/94	Estabelece o regulamento das Florestas Nacionais.
Decreto nº 1.922/96	Dispõe sobre reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural.
Decreto s/n, de 29/04/98	Cria o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, no Estado do Rio de Janeiro.
Portaria IBAMA nº 77-N/99	Uniformiza os critérios e procedimentos administrativos para instrução do processo de criação das Unidades de Conservação, embasado na legislação ambiental vigente.
Lei nº 9.985/00	Regulamenta o Art. 225, § 1º, Incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Modificada pelas Leis nºs 11.132/05, 11.516/07, 11.460/07 e pela Medida Provisória 327/06. Regulamentada pelos Decretos nºs 4.340/02, 5.566/05, 5.746/06, 5.950/06 e 6.848/09.

Ato ou norma	Ementa
Instrução Normativa IBAMA nº 66/05	Cria o Programa Agentes Voluntários com a finalidade de propiciar a toda pessoa física ou jurídica, que preencha os requisitos necessários, a participação nas atividades de educação ambiental, proteção, preservação e conservação dos recursos naturais em unidades de conservação federais e áreas protegidas.
Resolução CONAMA nº 371/06	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985/00.
Decreto nº 5.758/06	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias.
Instrução Normativa IBAMA nº 145/07	Estabelece procedimentos referentes à criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural.
Resolução CONAMA nº 428/10	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da UC, bem como sobre a ciência o órgão no caso de licenciamento de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.

Áreas de Preservação Permanente

Ato ou norma	Ementa
Resolução CONAMA nº 302/02	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.
Resolução CONAMA nº 303/02	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
Resolução CONAMA nº 369/06	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP.

Flora e Fauna

Ato ou norma	Ementa
Lei nº 4.771/65	Institui o novo Código Florestal. Alterada parcialmente pelas Leis nºs 5.106/66, 5.868/72, 5.870/73, 7.803/89, 7875/89, 9.605/98, 9.985/00, 11.284/06, 11.428/06, 11.934/09 e pela Medida Provisória nº 2.166-67/01. Regulamentada pelos Decretos nºs 2.661/98 e 5.975/06.
Lei nº 5.106/66	Dispõe sobre os incentivos concedidos a empreendimentos florestais e revoga o Art. 48 e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 4.771/65.
Lei nº 5.197/67	Estabelece o tratamento que deve ser dispensado à fauna silvestre. Modificada pelas Leis nºs 7.584/87, 7.653/88, 9.111/95 e 9.985/00.
Lei nº 5.868/72	Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural.
Portaria IBDF nº 217/88	Dispõe sobre o reconhecimento de propriedades particulares como reservas particulares de fauna e flora.
Decreto nº 97.633/89	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna - CNPF.
Lei nº 7.754/89	Estabelece que são consideradas de preservação permanente as áreas de florestas e demais formas de vegetação natural existentes nas nascentes dos rios.
Portaria IBAMA nº 218/89	Dispõe sobre derrubada e exploração de florestas nativas e de formações florestais sucessoras nativas da Mata Atlântica. Alterada pela Portaria IBAMA nº 438/89.
Instrução Normativa IBAMA nº 01/91	Regulamenta a exploração de vegetação caracterizada como pioneira, capoeirinha, capoeira, floresta descaracterizada e floresta secundária e proíbe a exploração em floresta primária.
Resolução CONAMA nº 10/93	Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica.
Resolução CONAMA nº 006/94	Estabelece definições e parâmetros mensuráveis para análise de sucessão ecológica da Mata Atlântica no Rio de Janeiro.
Resolução CONAMA nº 003/96	Esclarece que vegetação remanescente de Mata Atlântica abrange a totalidade de vegetação primária e secundária em estágio inicial, médio e avançado de regeneração.

Ato ou norma	Ementa
Resolução CONAMA nº 009/96	Dispõe sobre os corredores entre os remanescentes de Mata Atlântica.
Resolução CONAMA nº 249/99	Estabelece diretrizes para a política de conservação e desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica.
Decreto nº 3.420/00	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas – PNF. Alterado pelos Decretos nºs 5.794/06 e 5.975/06.
Resolução CONAMA nº 278/01	Trata da autorização de corte de exemplares da flora nativa ameaçada de extinção.
Resolução CONAMA nº 317/02	Dispõe sobre o corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica.
Instrução Normativa MMA nº 003/03	Lista Oficial de Espécies de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Altera Portaria IBAMA nº 1.522/89.
Instrução Normativa MMA nº 005/04	Lista nacional das espécies de invertebrados aquáticos e peixes ameaçados de extinção.
Lei nº 11.284/06	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 4.771/65, 5.868/72, 6.015/73, 6.938/81, 9.605/98, e 10.683/03.
Resolução CONAMA nº 378/06	Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no Inciso III, § 1º, Art. 19 da Lei nº 4.771/65.
Resolução CONAMA nº 379/06	Cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.
Resolução CONAMA nº 384/06	Disciplina a concessão de depósito doméstico provisório de animais silvestres apreendidos.
Decreto nº 5.975/06	Regulamenta os Arts. 12, parte final, e 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei nº 4.771/65, o Art. 4º, Inciso III, da Lei nº 6.938/81, o Art. 2º da Lei nº 10.650/03, e altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nºs 3.179/99 e 3.420/00.
Instrução Normativa MMA nº 6/06	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal.

Ato ou norma	Ementa
Lei nº 11.428/06	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Altera a Lei nº 4.771/65. Regulamentada pelo Decreto nº 6.660/08.
Instrução Normativa IBAMA nº 146/07	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre em áreas de influência de empreendimentos e atividades considerados efetiva ou potencialmente causadores de impacto à fauna.
Resolução CONAMA nº 388/07	Dispõe sobre convalidação das Resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no Art. 4º § 1º da Lei nº 11.428/06.
Instrução Normativa IBAMA nº 154/07	Institui o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO e o Comitê de Assessoramento Técnico do SISBIO. Fixa normas sobre coleta e transporte de material biológico e pesquisas em unidade de conservação federal ou cavidade natural subterrânea.
Instrução Normativa MMA nº 006/08	Reconhece a lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção.
Resolução CONAMA nº 417/09	Parâmetros básicos para definição de vegetação primária e estágios sucessionais secundários de vegetação de restinga na Mata Atlântica.
Instrução Normativa ICMBio nº 9/10	Estabelece procedimentos para autorização de supressão de vegetação no interior de Florestas Nacionais para a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.
Resolução CONAMA nº 423/10	Parâmetros básicos para identificação e análise de vegetação primária e estágios sucessionais da vegetação secundária nos Campos de Altitude associados ou abrangidos por Mata Atlântica.

Recursos hídricos

Ato ou norma	Ementa
Decreto nº 24.643/34	Institui o Código das Águas. Alterado pela Lei nº 9.433/97.
Lei nº 9.433/97	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Regulamentada pelo Decreto nº 2.612/98.
Lei nº 9.984/00	Cria a Agência Nacional de Águas – ANA.

Ato ou norma	Ementa
Resolução CONAMA nº 274/00	Estabelece novos padrões de balneabilidade das águas.
Decreto nº 4.613/03	Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Alterado pelo Decreto nº 5.263/04.
Decreto nº 5.263/04	Acrescenta o § 7º ao Art. 5º do Decreto nº 4.613/03.
Resolução CONAMA nº 344/04	Estabelece diretrizes e procedimentos mínimos para a avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras.
Portaria MS nº 518/04	Estabelece procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
Resolução CONAMA nº 357/05	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Alterada pela Resolução CONAMA nº 397/08.
Resolução CNRH nº 58/06	Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos.
Resolução CONAMA nº 396/08	Dispõe sobre classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas.

Controle da Poluição

Ato ou norma	Ementa
Decreto-Lei nº 1.413/75	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.
Decreto nº 76.389/75	Dispõe sobre as Medidas de Prevenção e Controle da Poluição Industrial de que trata o Decreto-Lei nº 1.413/75.
Portaria MINTER nº 53/79	Dispõe sobre o destino e tratamento de resíduos.
Resolução CONAMA nº 005/89	Dispõe sobre o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar – PRONAR.
Resolução CONAMA nº 001/90	Estabelece os critérios e padrões para todo o território nacional quanto à emissão de ruídos.
Resolução CONAMA nº 003/90	Dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR.

Ato ou norma	Ementa
NBR 11.174/90	Fixa as condições exigíveis para obtenção das condições mínimas necessárias ao armazenamento de resíduos classes II-não inertes e III-inertes, de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente.
Resolução CONAMA nº 008/90	Estabelece, em nível nacional, limites máximos de emissão de poluentes do ar.
NBR 12.235/92	Fixa as condições exigíveis para o armazenamento de resíduos sólidos perigosos de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente.
Resolução CONAMA nº 5/93	Dispõe sobre a definição de normas mínimas para tratamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos e aeroportos. Alterada pela Resolução CONAMA nº 358/05.
Resolução CONAMA nº 23/96	Adota a definição para resíduos inertes, não inertes, perigosos e outros, estabelecendo suas classes e o processo para sua destinação final.
Resolução CONAMA nº 230/97	Proíbe o uso de equipamentos que possam reduzir a eficácia do controle de emissão de ruídos e poluentes.
NBR 10.151/00	Estabelece níveis para o conforto acústico das comunidades, considerando ambientes externos e internos.
Lei nº 9.966/00	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.
Resolução CONAMA nº 275/01	Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva.
Decreto nº 4.136/02	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966/00.
Resolução CONAMA nº 307/02	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
Resolução CONAMA nº 313/02	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.

Ato ou norma	Ementa
NBR 10.004/04	Classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente.
Resolução CONAMA nº 348/04	Altera a Resolução CONAMA nº 307/02, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.
Resolução CONAMA nº 362/05	Estabelece diretrizes para recolhimento e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado. Revoga a Resolução CONAMA nº 9/93.
NBR 13.221/05	Especifica os requisitos para o transporte terrestre de resíduos, de modo a evitar danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública.
Resolução CONAMA nº 382/06	Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.
Resolução CONAMA nº 420/09	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
Lei nº 12.305/10	Estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10.

Patrimônio histórico, natural e arqueológico

Ato ou norma	Ementa
Decreto-Lei nº 25/37	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
Decreto-Lei nº 4.146/42	Dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos.
Lei nº 3.924/61	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
Constituição Federal de 1988	O Capítulo II, Art. 20, Inciso X, determina que as cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional são bens da União.
Portaria IPHAN nº 07/88	Regulamenta os pedidos de permissão e autorização das pesquisas arqueológicas.
Decreto nº 99.556/90	Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional. Alterado pelo Decreto nº 6.640/08.
Decreto nº 1.922/96	Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Ato ou norma	Ementa
Portaria IBAMA nº 57/97	Institui o Centro Nacional de Estudos, Proteção e Manejo de Cavernas – CECAV.
Portaria IPHAN nº 230/02	Dispõe sobre a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico e define os procedimentos necessários à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas.
Resolução CONAMA nº 347/04	Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico. Alterada pela Resolução CONAMA nº 428/10.
Instrução Normativa MMA nº 2/09	Classifica o grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas.
Portaria IPHAN nº 187/10	Dispõe sobre procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações.

Terras indígenas e quilombolas e populações tradicionais

Ato ou norma	Ementa
Decreto nº 1.141/94	Dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas. Alterado pelo Decreto nº 1.479/95.
Portaria FCP nº 38/05	Dispõe sobre procedimentos e normas de reconhecimento dos bens culturais, materiais e imateriais afro-brasileiros.
Decreto nº 6.040/07	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Uso do solo urbano

Ato ou norma	Ementa
Lei nº 6.766/79	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. Alterada pelas Leis nºs 9.785/99, 10.932/04 e 11.445/07 e pela Medida Provisória nº 514/10.
Lei nº 10.257/01	Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam da política urbana, e estabelece diretrizes gerais dessa política.

Ato ou norma	Ementa
Resolução do Conselho das Cidades nº 25/05	Estabelece que todos os municípios devem elaborar seus Planos Diretores de acordo com o determinado pela Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade).
Resolução do Conselho das Cidades, nº 34/05	Emite orientações e recomendações ao conteúdo mínimo do Plano Diretor, tendo por base o Estatuto das Cidades.

Transporte de gás e resposta a emergências

Ato ou norma	Ementa
Portaria ANP nº 170/98	Estabelece a regulamentação para a construção, a ampliação e a operação de instalações de transporte ou de transferência de petróleo, seus derivados e gás natural, inclusive liquefeito (GNL), dependem de prévia e expressa autorização da ANP.
Portaria ANP nº 115/00	Regulamenta o livre acesso a dutos e ramais de transporte destinados à movimentação de petróleo e seus derivados, existentes ou a serem construídos, mediante remuneração adequada ao titular das instalações. Deve ser observado que não estão sujeitos ao disposto nesta Portaria os dutos cuja origem esteja em áreas de produção de petróleo e gás natural, bem como aqueles cuja extensão seja inferior a 15 km (quinze quilômetros).
Portaria ANP nº 44/09	Estabelece o procedimento para comunicação de incidentes, a ser adotado pelos concessionários e empresas autorizadas pela ANP a exercer as atividades de indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como distribuição e revenda.
Resolução CONAMA nº 398/08	Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas de jurisdição nacional, em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta sua elaboração.

Saúde, segurança e medicina do trabalho

Ato ou norma	Ementa
Portaria MTB/GM nº 3.214/78	Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.
NR-03	Dispõe sobre embargo de obras e interdição de estabelecimentos. Atualizada pela Portaria SSMT 006/83 e pela Portaria SIT 199/11.
NR-05	Criação e funcionamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.
NR-06	Dispõe sobre a utilização de Equipamento de Proteção Individual – EPI, destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador.
NR-07	Programa de controle médico de saúde ocupacional. Atualizada pela Portaria SSMT 012/83, pela Portaria MTPS 3.720/90 e pelas Portarias SSST 024/94, 008/96 e 019/98.
NR-09	Estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregados e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através de antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho.
NR-10	Dispõe sobre segurança em instalações e serviços de eletricidade. Atualizada pela Portaria SSMT 012/83 e pela Portaria GM 598/04.
NR-12	Trata de segurança no trabalho em máquinas e equipamentos. Atualizada pelas Portarias SSST 12/83, 13/94, 25/96, 04/97 e pela Portaria SIT 197/10.
NR-15	Define e classifica as atividades e operações insalubres, determinando também o pagamento de adicional ao empregado que trabalha nessas condições.
NR-17	Dispõe sobre ergonomia. Atualizada pela Portaria MTPS 3.751/90 e pelas Portarias SIT 08/07, 09/07 e 13/07.

Ato ou norma	Ementa
NR-18	Dispõe sobre condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção. Atualizada pela Portaria SIT 201/11, entre outras.
NR-20	Trata de líquidos combustíveis inflamáveis.
NR-23	Trata da proteção contra incêndios.
NR-24	Trata de condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.
NR-26	Trata da sinalização de segurança.
Instrução Normativa MS/SVS nº 1/05	Regulamenta o Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (SINVSA).
Portaria Conjunta MMA-IBAMA nº 259/09	Obriga o empreendedor a incluir no EIA-RIMA capítulo específico sobre alternativas de tecnologias mais limpas para reduzir o impacto sobre a saúde do trabalhador e sobre o meio ambiente, incluindo poluição térmica, sonora e emissões nocivas ao sistema respiratório, e propor, no âmbito do PBA, programa específico de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) do trabalhador.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Proteção ao meio ambiente

Ato ou norma	Ementa
Decreto nº 40.744/07	Dispõe sobre a organização, competência e funcionamento do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONEMA. Alterado pelo Decreto nº 40.806/07, 40.815/07, 40.995/07.
Lei nº 1.204/87	Institui o Comitê de Defesa do Litoral do Estado do Rio de Janeiro – CODEL.
Decreto nº 11.376/88	Institui o Comitê de Defesa do Litoral do Estado do Rio de Janeiro – CODEL.
Constituição Estadual de 1989	O Capítulo VIII, Art. 281, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se a todos, e em especial ao Poder Público, o dever de defendê-lo, zelar por sua recuperação e proteção em benefício das gerações atuais e futuras.

Ato ou norma	Ementa
Decreto nº 21.470-B/95	Institui a Comissão Estadual de Educação Ambiental.
Resolução SEMA nº 130/96	Aprova a consolidação do Regimento Interno da Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA). Alterada pela Resolução SEA nº 5/07.
Deliberação Normativa FECAM nº 06/99	Aprova o estímulo à adoção de mecanismos de preservação ambiental.
Lei nº 3.325/99	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e complementa a Lei Federal nº 9.795/99 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
Decreto nº 26.058/00	Divide o território do Estado, para fins de gestão ambiental, em 07 (sete) macrorregiões ambientais.
Lei nº 3.467/00	Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Alterada pela Lei nº 5.101/07, 5.502/09, 5.690/10.
Deliberação CECA/CN nº 3.998/01	Aprova a NF-001.R-1 - Procedimentos Administrativos a serem adotados na constatação de infrações e aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental.
Lei nº 4.760/06	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Consciência Ambiental.
Lei nº 5.067/07	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico - Econômico do Estado do Rio de Janeiro.
Lei nº 5.267/08	Cria o Conselho de Política Energética do Estado do Rio de Janeiro.
Lei nº 5.690/10	Institui a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável.

Licenciamento ambiental

Ato ou norma	Ementa
Lei nº 1.356/88	Dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos Estudos de Impacto Ambiental. Alterada pelas Leis nºs 2.535/96, 4.235/03, 4.517/05 e 5.000/07.

Ato ou norma	Ementa
Deliberação CECA nº 1.813/90	Aprova e manda publicar o modelo de placa a ser exibida pelas indústrias em situação regular frente ao SLAP, em anexo.
Lei nº 1.898/91	Determina a realização de auditoria ambiental para atividades de elevado potencial poluidor. Regulamentada pelo Decreto nº 21.470A/91. Modificada pela Lei nº 3.341/99 e 3.471/00.
Deliberação CECA nº 2.555/91	Regulamenta a realização de Audiência Pública. Alterada pela Deliberação CECA nº 4.845/07.
Deliberação CECA/CN nº 3.663/97	Aprova a DZ-041.R-13: Diretriz para realização de Estudo de Impacto Ambiental–EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.
Deliberação CECA/CLF nº 4.231/02	Cria critérios para o licenciamento de Dutos de Gás Natural ou Manufaturado, e para a dispensa de licenciamento das Estações de Redução e Regulagem de Pressão e dos Ramais de Serviço, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Lei nº 4.886/06	Dispõe sobre a condição para o licenciamento ambiental de empreendimentos, em geral, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
Decreto nº 42.159/09	Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental – SLAM.
Lei nº 5.438/09	Institui Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental no Estado do Rio de Janeiro. Alterada pela Lei nº 5.629/09.
Resolução CONEMA nº 24/10	Aprova a NA-051.R.9 – Indenização dos custos de análise e processamento dos requerimentos de licenças, certificados, autorizações e certidões ambientais.

Unidades de Conservação

Ato ou norma	Ementa
Lei nº 1.681/90	Dispõe sobre a elaboração do Plano Diretor das Áreas de Proteção Ambiental criadas no Estado.
Lei nº 2.393/95	Dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro.

Flora e Fauna

Ato ou norma	Ementa
Lei nº 734/84	Proíbe, em todo o território do Rio de Janeiro, qualquer tipo de corte de floresta, consoante o disposto nos Artigos 2º e 3º da Lei Federal nº 4771/65.
Lei nº 1071/86	Cria o Instituto Estadual de Florestas. Regulamentada pelo Decreto nº 10.893/87. Alterada pelas Leis nº 1.315/88 e 3.187/99.
Lei nº 1.315/88	Institui a Política Florestal do Estado do Rio de Janeiro.
Decreto nº 11.782/88	Transforma, mediante autorização do Poder Legislativo, o Instituto Estadual de Florestas, entidade autárquica, na Fundação Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro - IEF/RJ e aprova os estatutos do IEF-RJ. Alterado pelo Decreto nº 12.814/89.
Lei nº 2.049/92	Dispõe sobre a proibição de queimadas da vegetação no Estado em áreas e locais que especifica, dentre os quais se destacam as áreas localizadas ao longo dos gasodutos e oleodutos, nas quais deverá ser respeitada uma faixa de 500 metros, dentro da qual está terminantemente proibida a retirada de vegetação através de queimadas.

Recursos hídricos

Ato ou norma	Ementa
Decreto nº 553/76	Aprova o Regulamento dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado do Rio de Janeiro, a cargo da CEDAE. Alterado pelo Decreto nº 27.772/01.
Decreto nº 2.330/79	Regulamenta, em parte, o Decreto-Lei nº 134/75, institui o Sistema de Proteção dos Lagos e Cursos d'Água do Estado do Rio de Janeiro e regula a aplicação de multas.
Lei nº 650/83	Dispõe sobre a política estadual de defesa e proteção das bacias fluviais e lacustres do Rio de Janeiro.
Portaria SERLA nº 261-A/97	Estabelece normas para demarcação de faixas marginais de proteção em lagos, lagoas e lagoas.

Ato ou norma	Ementa
Lei nº 3.239/99	Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos; cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e regulamenta a Constituição Estadual, em seu Art. 261, Parágrafo 1º, Inciso VII. Alterada pela Lei nº 4.247/03. Regulamentada pelo Decreto nº 35.724/04.
Resolução CERHI nº 05/02	Estabelece diretrizes para a formação, organização e funcionamento de Comitê de Bacia Hidrográfica, de forma a implementar o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Portaria SERLA nº 324/03	Define a base legal para estabelecimento da largura mínima da Faixa Marginal de Proteção – FMP.
Portaria SERLA nº 339/04	Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para cadastro, visando à regularização dos usos de recursos hídricos, superficiais e subterrâneas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
Decreto nº 35.724/04	Dispõe sobre o regulamento do Art. 47, da Lei nº 3.239/99.
Portaria SERLA nº 567/07	Estabelece critérios gerais e procedimentos técnicos e administrativos para cadastro, requerimento e emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio do Estado do Rio de Janeiro.
Decreto nº 41.039/07	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro.

Controle da poluição

Ato ou norma	Ementa
Decreto-Lei nº 112/69	Fixa normas de proteção contra ruído. Alterado pelo Decreto nº 6.097/73.
Decreto-Lei nº 134/75	Dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente no Estado. Regulamentado pelo Decreto nº 1.633/77.
Decreto nº 8.974/86	Regulamenta a aplicação das penalidades previstas no Decreto-Lei nº 134/75. Alterado pelo Decreto nº 21.287/95.
Decreto nº 8.975/86	Aprova o Regulamento dos Serviços Públicos de Controle, Coleta e Destino Final dos Despejos Industriais do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Ato ou norma	Ementa
Deliberação CECA nº 1.007/86	Aprova a NT 202 R-.10 que define critérios e padrões para lançamento de efluentes líquidos.
Deliberação CECA nº 1.995/90	Aprova a DZ 942 R.-7 – Diretriz do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos – PROCON ÁGUA.
Deliberação CECA nº 2.842/93	Aprova o documento MN-050.R-1 - Classificação de Atividades Poluidoras, que apresenta a classificação de atividades industriais e não industriais e seu potencial poluidor.
Lei nº 4.191/03	Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Regulamentada pelo Decreto nº 41.084/07.
Deliberação CECA nº 4.497/04	Aprova a DZ-1310.R-7 - Sistema de Manifesto de Resíduos.
Deliberação CECA nº 4.886/07	Aprova a DZ-215.R-4 - Controle de carga orgânica biodegradável em efluentes líquidos de origem sanitária.

Patrimônio histórico, natural e arqueológico

Ato ou norma	Ementa
Lei nº 509/81	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento. Regulamentada pelo Decreto nº 5.808/82.
Lei nº 2.471/95	Dispõe sobre a preservação e o tombamento do patrimônio cultural de origem africana no Estado.

Uso do solo urbano

Ato ou norma	Ementa
Lei nº 1.130/87	Define as Áreas de Interesse Especial do Estado e dispõe sobre os imóveis de área superior a 1.000.000m ² (um milhão de metros quadrados) e imóveis localizados em áreas limítrofes de municípios, para efeito do exame e anuência prévia a projeto de parcelamento do solo para fins urbanos, a que se refere o Art. 13 da Lei nº 6.766/79. Regulamentada pelo Decreto nº 9.760/87 e 11.453/88.

Ato ou norma	Ementa
Decreto nº 9.760/87	Regulamenta a Lei nº 1.130/87, localiza as Áreas de Interesse Especial do interior do Estado, e define as normas de ocupação a que deverão submeter-se os projetos de loteamentos e desmembramentos a que se refere o Art. 13 da Lei Federal nº 6.766/79. Alterado pelo Decreto nº 13.123/89.

Gás natural

Ato ou norma	Ementa
Resolução SEINPE nº 33/05	Estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento de projetos ligados ao Gás Natural Comprimido (GNC) e Gás Natural Liquefeito (GNL) no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Proteção ao meio ambiente

Ato ou norma	Ementa
Lei Orgânica Municipal de 1990	O Capítulo II, Art. 156, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
Lei Complementar nº 27/01	Dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências.
Lei nº 2.198/02	Cria, no âmbito do município de Macaé, a Agenda 21 local.
Lei nº 2.401/03	Institui o Fundo Ambiental, e dá outras providências.
Decreto nº 153/03	Regulamenta o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADS.
Lei nº 2.605/05	Dispõe sobre a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC - do município de Macaé, e dá outras providências.

Licenciamento ambiental

Ato ou norma	Ementa
Decreto nº 90/02	Dispõe sobre Licenciamento e Cadastro Ambiental.

Flora e Fauna

Ato ou norma	Ementa
Lei nº 2.628/05	Dispõe sobre os instrumentos da Política de Preservação da Mata Ciliar no município.
Lei nº 3.010/07	Disciplina o plantio, o replantio, a poda, a supressão, o transplante e o uso adequado e planejado da arborização urbana, e dá outras providências.

Recursos hídricos e controle da poluição

Ato ou norma	Ementa
Lei nº 2.300/02	Renova a autorização de participação do Município na constituição do Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental de bacias hidrográficas, e dá outras providências.
Lei nº 2.157/01	Proíbe a sonorização em pontos fixos, no município de Macaé, com nível superior a 70 decibéis, medidos no curso "C" do medidor de intensidade de som, de acordo com o método MB 268, prescrito pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.
Portaria EMHUSA nº 03/04	Cria o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, que realizará pesquisas e desenvolverá projetos visando solucionar problemas locais de saneamento.

Uso do solo urbano

Ato ou norma	Ementa
Lei Complementar nº 06/98	Promove o reordenamento territorial do município, alterando a Divisão Administrativa, setorizando seu território, delineando as Zonas Industriais e dá outras providências.

Ato ou norma	Ementa
Lei nº 1.958/99	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo do município de Macaé e dá outras providências.
Lei nº 1.959/99	Dispõe sobre o zoneamento da cidade de Macaé e dá outras providências.
Lei Complementar nº 16/99	Dispõe sobre o Código de Obras do município de Macaé e dá outras providências.
Lei Complementar nº 76/06	Institui o Plano Diretor do município de Macaé.

OUTRAS REGULAMENTAÇÕES

Diretrizes FEEMA (INEA/RJ)

Referência	Ementa
DZ.41.R-13	Diretriz para a implementação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).
DZ-205.R-5	Diretriz de controle de carga orgânica em efluentes líquidos de origem industrial.
DZ-209.R-2	Diretriz de controle de efluentes líquidos industriais.
DZ.215.R-4	Diretriz de controle de carga orgânica biodegradável em efluentes líquidos de origem não industrial.
DZ-545.R-5	Diretriz de implantação do programa de autocontrole de emissões para a atmosfera - PROCON Ar.
DZ-572.R-3	Diretriz do Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Negra por Veículos Ciclo Diesel - PROCON - Fumaça Negra.
DZ-942.R-7	Diretriz do Programa de Autocontrole de Efluentes Líquidos PROCON Água.
DZ-949.R-0	Diretriz de Implantação do Programa. "Bolsa de Resíduos".
DZ.1310.R-3	Estabelece a metodologia do Sistema de Manifesto de Resíduos Industriais, a ser implantado pela FEEMA, que contribuirá para o controle dos resíduos industriais gerados no Estado do Rio de Janeiro, desde sua origem até a destinação final, como parte integrante do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras.
DZ.1311.R-4	Estabelece diretrizes para o licenciamento da destinação de resíduos sólidos, semi-sólidos e líquidos não passíveis de tratamento convencional, provenientes de quaisquer fontes poluidoras, como parte integrante do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras - SLAP.

Instruções Técnicas FEEMA (INEA/RJ)

Referência	Ementa
IT-1301.R-0	Instrução Técnica para apresentação de alternativas de locais para disposição final de resíduos sólidos.
IT-1302.R-1	Instrução Técnica para requerimento de licenças para aterros sanitários.
IT-1305.R- 3	Instrução Técnica para solicitação de Licença de Instalação de aterros de resíduos industriais perigosos.

Normas Técnicas FEEMA (INEA/RJ)

Referência	Ementa
NT-202.R-10	Padrões para lançamento de efluentes líquidos.
NT-319	Critérios de qualidade de água para preservação de fauna e flora marinha – naturais.
NT-323	Critérios de qualidade de água para preservação de flora e fauna de água doce – naturais.
NT 501	Padrões de emissão de fumaça por veículos movidos a óleo diesel.
NT-546	Padrões de emissão de partículas para unidade de coqueria.
NT 574.R-0	Padrões de emissão de poluentes do ar para processo de destruição térmica de resíduos.
NT 603.R-4	Critérios e padrões de qualidade do ar ambiente.

Valores Orientadores CETESB/SP

Referência	Ementa
Decisão de Diretoria CETESB nº 195-2005-E	Substitui os valores orientadores para solos e águas subterrâneas do Estado de São Paulo, estabelecendo valores que dependam do uso da área (áreas de proteção máxima, de uso residencial, agrícola ou industrial). Os valores orientadores são VRQ (Referência de Qualidade), VP (Prevenção) e VI (Intervenção).